

JORNAL DOS Trabalhadores

Ano I — Nº 16 — Quinzenal — 5 de novembro de 1982 — Cr\$ 50,00

Recado do Lula



**Vote
no 3**

Daqui a alguns dias, os trabalhadores estarão nas cabines indevassáveis da Justiça Eleitoral, com a cédula na mão, prontos para escolher seus candidatos e depositar seu voto na urna.

Como deverão votar? De acordo com a sua consciência. Se aceitarem toda a exploração, toda a opressão, toda a corrupção que marcou esses dezoito anos de regime, deverão votar no Governo. Se não aceitarem isso, mas acreditarem que os seus problemas serão resolvidos por representantes de outras classes sociais, deverão votar nos partidos convencionais, repletos de banqueiros, empresários, latifundiários e até antigos membros do regime de exploração e repressão.

Mas, se tiverem consciência de que só os trabalhadores próprios trabalhadores, se tiverem coragem e firmeza para entrar de cabeça erguida na cena política, deverão votar nos candidatos do Partido dos Trabalhadores. E, em cada cidade deste Brasil, na chapa completa do PT, a chapa em que todos os candidatos têm números que começam por 3. Nada de voto camarão, de voto colarinho, de voto cebola, porque essas formas de votar são próprias do oportunismo e da falta de princípios dos partidos dos patrões. Chapa completa no PT, de cabo a rabo, de ponta a ponta, do primeiro ao quinto (ou ao 6º, quando houver prefeito): vote no 3, porque o resto é burguês.

Editorial

Reforma Agrária

Os pontos do Projeto Econômico sobre a Terra

P. 2

**O voto
de Jorge
Amado**

P. 7

Vai dar

★ 3 PT ★ 3

na boca de urna

A arrancada final da campanha eleitoral em todo o Brasil. P. 6

**Preparado
para 19,
III Enclat
paulista**

P. 4

**Operários
da Volks
elegem sua
comissão**

P. 4

**O que está
ocorrendo
agora na
Bolívia?**

P. 2

**Lembrada
a morte
de Santo
Dias**

P. 5

Conselho Popular

II-AS AUTORIDADES NÃO SE IMPORTAM COM AS CONDIÇÕES DE VIDA DO POVO DA PERIFERIA! FALTA TUDO: ÁGUA, ESGOTO, ASFALTO, HOSPITAIS E ATÉ CENTROS DE SAÚDE!!!

Por isto o povo está se organizando e ficando cada dia mais forte para poder exigir do governo que gaste o dinheiro dos impostos que pagamos aqui mesmo em nossos bairros!

Aqui na Zona Leste, uma das maneiras de encontramos de nos organizar foi formando COMISSÕES DE SAÚDE em cada bairro.



Todos podem fazer parte das comissões, basta ter boa vontade, acompanhar as reuniões e estar interessado em melhorar as condições de saúde do seu bairro. Não importa saber a cor, sexo, idade, religião, idéias políticas, profissão e nem o grau de instrução, pois todos nós somos trabalhadores, construímos a riqueza do país e temos os mesmos direitos e o mesmo valor.

Em nossas Comissões o povo é livre e independente. Não obedecemos as leis de nenhuma instituição (Sociedades Amigos de Bairros, Partidos Políticos, Igrejas, etc.). Queremos a colaboração e o apoio de todos, desde que respeitem os nossos princípios de trabalho. As nossas decisões são tomadas por votação das pessoas que estão trabalhando. Não aceitamos ordens e não queremos chefes!

Somos também independentes financeiramente, pois arrecadamos o nosso próprio dinheiro.

Durante nossa caminhada, realizamos pesquisas sobre a situação de saúde na região, fizemos várias reuniões nos bairros, realizamos Assembleias e Caravanas à Secretaria da Saúde para melhorar nossas condições de saúde.

Quanto mais gente participar, maior a força das Comissões! VAMOS TRABALHAR JUNTOS!

Já conquistamos algumas reivindicações como Centros de Saúde em nossos bairros. Agora queremos eleger os Conselhos dos Centros de Saúde em cada bairro para fiscalizar o funcionamento dos Centros de Saúde!

Quinze de novembro de 1982 marca o primeiro aniversário de uma eleição realmente democrática e popular: noventa e cinco mil moradores da Zona Leste de São Paulo elegeram seus representantes nos Conselhos de Saúde da Região.

A história desses Conselhos Populares mostra que a proposta do PT é extraída da experiência real das lutas concretas dos trabalhadores e dos setores populares de vários pontos do País. P. 5

Violência e corrupção na Campanha Última, P. 3 e P. 6

Editorial

Reforma Agrária

A Reforma Agrária é uma das peças fundamentais no processo de transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista, sem explorados nem exploradores e com plena liberdade. Por isso é que a questão da terra e a solução da reforma agrária aparecem em todos os documentos básicos do Partido dos Trabalhadores, do seu manifesto ao recentemente divulgado projeto de Programa Econômico.

A estrutura agrária brasileira caracteriza-se pelo predomínio da grande propriedade e pela sua consequência política mais imediata: a exploração econômica e o autoritarismo que são exercidos pelos grandes proprietários sobre todos os camponeses, isto é, todos os que moram e vivem no campo e tentam tirar seu sustento do trabalho na terra. No Brasil, os camponeses compreendem os pequenos proprietários, os minifundistas (com propriedades rurais em geral de menos de cinquenta hectares), posseiros (ocupando terras, em geral, com menos de 20 hectares), parceiros e arrendatários (que pagam ao proprietário da terra algum tipo de renda, em dinheiro, em produtos ou em trabalho), assalariados permanentes das grandes propriedades rurais e das empresas rurais, e os assalariados temporários (volantes, bóias-frias, sem-terra, ou posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários que se assalariam nas grandes propriedades nas épocas de maior atividade agrícola).

Estima-se em pouco menos de 20 milhões o número de camponeses no Brasil, ou cerca de quatro milhões de famílias com a média de quatro membros de cada família que desenvolvem atividade produtiva. Quase metade desses trabalhadores rurais estão, em partes iguais, entre os minifundistas e os parceiros e arrendatários, vindo em seguida os assalariados temporários, os posseiros e os assalariados permanentes.

Por outro lado, quase 80% das propriedades rurais no Brasil têm menos de cem hectares cada uma, e reúnem pouco mais de 15% da área total, mas contribuem com 40% da produção agrícola. Enquanto isso, menos de 9% das propriedades têm mais de mil hectares e abarcam quase 60% da área total, contribuindo com menos de 30% da produção. São os latifúndios.

Finalmente, sabe-se que no Brasil existem 380 milhões de hectares, assim divididos: 35 milhões em minifúndios, e 345 milhões em latifúndios.

Diante da evidente disparidade desses números — e que exprimem a concentração fundiária na agricultura brasileira — o PT propõe que esses 380 milhões de hectares sejam redistribuídos, na base de aproximadamente cem hectares para cada uma, entre as quatro milhões de famílias de camponeses.

Essa redistribuição da propriedade rural é o primeiro passo da reforma agrária que o PT propõe. Mas não se limita a isso. Na concepção do PT, a Reforma Agrária — extraída das reivindicações de reuniões e congressos de trabalhadores rurais e confirmada nas conclusões da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) — significa uma redistribuição de terras, de propriedade, de renda, de poder e de direitos, a favor dos camponeses.

Assim, tanto em suas plataformas eleitorais e em seus programas de Governo, quanto no citado Programa Econômico, o PT luta por uma Reforma Agrária ampla em todo o território nacional, massiva (que de acesso à terra a milhões de famílias sem terra ou com pouca terra), imediata (que se inicie já e que estabeleça um programa com metas) e feita com a participação dos trabalhadores rurais em todas as fases de elaboração e execução.

Pergunta e Resposta

É a primeira vez que vou votar e eu gostaria de saber: como posso estar certo de que o voto é realmente secreto?

O caráter secreto do voto é garantido pela Constituição e pelas leis eleitorais. O artigo 23 da Resolução nº 11.455 (que faz parte das instruções do Tribunal Superior Eleitoral a respeito das eleições de 1982, diz o seguinte: "O sigilo do voto é assegurado mediante as seguintes providências: I — uso de cédulas oficiais; II — isolamento do eleitor em cabine indepassável para o só efeito de indicar, na cédula, os candidatos de sua escolha, e, em seguida, fechá-la; III — verificação da autenticidade da cédula oficial à vista das rubricas; IV — emprego de urna que assegure a inviolabilidade do sufrágio e seja suficientemente ampla para que não se acumulem as cédulas na ordem em que forem introduzidas".

Naturalmente, não basta a letra da lei. O próprio eleitor deve ser o primeiro e o principal fiscal da garantia do voto secreto e da lisura das eleições. O Tribunal Superior Eleitoral e as leis e instruções que regulam as eleições consideram o eleitor como "parte legítima" para denunciar qualquer irregularidade ou qualquer tentativa de impedir ou dificultar o exercício do voto. Além dos mesários, designados pela Justiça Eleitoral, e que coordenam e organizam a votação, no dia 15 de novembro, os Partidos Políticos designam fiscais, que têm a função de colaborar para que não haja nenhum problema.

Como minha cidade é distante, tenho medo de não receber em tempo a cédula para votar no dia 15. No dia 15, o eleitor votará apenas com a cédula oficial, que é entregue a cada eleitor na Seção Eleitoral, isto é, no local apropriado para cada eleitor depositar seu voto. A cédula oficial é entregue ao eleitor no próprio dia e no momento da votação. De lado de fora, a cédula estará assinada pelo presidente e por dois membros (mesários) da Mesa Receptora, que

preside as eleições em cada Seção Eleitoral. Do lado interno da cédula, há lugar para escrever o nome ou o número do candidato, de governador a vereador.

O que os partidos — o PT inclusive — estão divulgando, como propaganda eleitoral, são volantes com o mesmo formato da cédula oficial, e com a indicação dos nomes dos candidatos. Esses volantes servem para o eleitor fazer a sua escolha, e memorizar os nomes e os números dos candidatos preferidos. Se o eleitor não confiar em sua própria memória, ele pode levar consigo esses volantes, até o interior da cabine, e aí, copiar os nomes ou números para escrevê-los na cédula oficial, rubricada pela mesa. O que o eleitor coloca na urna é a cédula oficial, e não os volantes dos partidos ou dos candidatos.

Como a gente fica sabendo o número dos candidatos?

O número de cada partido — o PT é 3 — foi atribuído, por sorteio, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Depois, cada partido também atribuiu, por sorteio, dentro de faixas definidas pelo Tribunal, o número de cada candidato, conservando sempre o número do partido como primeiro algarismo do número do candidato. Os Diretórios Regionais e Comitês Eleitorais Unificados do PT têm, em suas sedes, listas dos candidatos com os respectivos números. No material de propaganda dos Comitês e de cada candidato, sempre aparece, ao lado do nome, o número. E, além disso, no dia 15 de novembro, em cada cabine indepassável do País, estarão afixadas as listas de todos os candidatos de todos os partidos, com os nomes e os respectivos números.

Como lembrete, para os eleitores do PT, os números são: governador 3; senador 30; prefeito 35 a 37; deputado federal um número entre 301 e 399; deputado estadual um número entre 3.101 e 3.299; vereador um número entre 3.601 e 3.699.



Internacional

Bolivianos afastam os militares

Alto Comando deixa o Poder depois da greve geral de trabalhadores

A posse do Congresso e a nomeação de Hernán Siles Zuazo para a presidência da Bolívia, dois anos após terem sido eleitos pelo povo boliviano, representam uma vitória sobre a linha dura das Forças Armadas, que havia acenado com a devolução do poder aos civis após eleições que se realizariam apenas em abril de 1983.

Até essa data, as Forças Armadas certamente teriam tido tempo suficiente para negociar com seus sucessores garantias para a permanência da instituição militar no cenário político, como um fator de poder, e a impunidade dos envolvidos com a repressão e o tráfico de drogas.

Crise e greve

Mas, a situação se precipitou. E os detonadores foram a intensa pressão popular, liderada pelos trabalhadores das minas, e a ausência de legitimidade do Governo para enfrentar uma das piores crises econômicas que a Bolívia já atravessou, com uma inflação anual heurando os 600% e uma dívida externa de 3,8 bilhões de dólares.

Vinte e quatro horas depois da deflagração de greve geral pela Central Operária Boliviana (COB), sob a direção de Juan Lechin, os altos comandos militares decidiram, ao mesmo tempo, deixar o poder e recusar apoio ao plano econômico de emergência do general Guido Vildoso, recomendado pelo Fundo Monetário Internacional, que apenas agravaria a tensão social no país.

Propostas

A essa altura, as forças políticas bolivianas já haviam colocado suas propostas na mesa.

O Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRE), partido de Zuazo e maior força eleitoral do país, exigia a antecipação das eleições para dezembro deste ano. Inicialmente, a COB apoiava esta alternativa, que depois abandonou para defender a entrega imediata do Governo a Siles Zuazo, tendo Jaime Paz Zamora na vice-presidência.

Por outro lado, o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), de Zamora, uniu-se aos empresários e partidos conservadores — Movimento Nacionalista Revolucionário Histórico (MNR), de Victor Paz Estenssoro, e Ação Democrática Nacionalista (ADN), do ex-presidente Hugo Banzer — para defender a convocação imediata dos 175

senadores e deputados eleitos em 1980 e apoiar a nomeação de Zuazo.

Os acordos tiveram que ser concluídos rapidamente. Zuazo acabou cedendo e concordou em voltar do exílio e assumir o Governo, do qual tanto a COB como a ADN e MNR decidiram não participar. (Sabe-se que, entre as exigências da COB, estava a implantação de um programa econômico de "libertação nacional, anti-imperialista e sem vínculo com o FMI").

Certamente, não faltaram as negociações de bastidores. Mas, os seus resultados só poderão ser avaliados a médio prazo.

A pressão que Zuazo vem exercendo no sentido de neutralizar os elementos mais comprometidos com o tráfico de drogas pode ser vista, por um lado, como uma tentativa de aproximação do novo governo com os EUA, a quem o tráfico também incomoda. Por outro lado, como uma forma de legimitar o regime perante a população, sendo capaz de atrair seu apoio para uma política econômica rigorosa — quem sabe, até, para o mesmo plano de emergência cancelado pelo FMI.

Quem é ele

Afinal, ninguém vai esperar que Zuazo adote medidas propriamente socializantes. Passados 20 anos, ainda se trata do mesmo Zuazo que, em 1960, negociou a volta de Estenssoro ao poder, ignorando um acordo informal feito anteriormente com o líder esquerdista Juan Lechin, e implementou programas de "austeridade e estabilização" em troca de ajuda norte-americana e boas relações com o capital estrangeiro.

De qualquer modo, é uma trégua após 16 anos de sucessivos regimes militares.

E os trabalhadores bolivianos, os mesmos que, pela quarta vez em 30 anos conseguiram derrubar governos militares, certamente saberão aproveitá-la.

Aos Leitores

O próximo número do Jornal dos Trabalhadores deverá sair somente na penúltima semana de novembro, para poder apresentar aos leitores um quadro mais definitivo das apurações eleitorais, que se iniciam dia 16.

Cartas

"Em primeiro lugar, quero parabenizá-los pelo jornal. Recebi agora meu primeiro exemplar... Realmente, um jornal que dá gosto ler do começo ao fim. Detesto sensacionalismos e a seriedade e ao mesmo tempo leveza com que são escolhidos e escritos os artigos me agradou profundamente..."

Dolores e Francisco Lacerda, Tucuruí, PA.
Quanto ao pedido de material, foi encaminhado ao Diretório Regional do PT em São Paulo.

"Felizmente, o trabalho persistente de alguns membros do Diretório está frutificando e hoje existe um grupo, formado por cerca de quarenta jovens entusiastas, que não medem esforços para desenvolver a campanha do PT, com o objetivo de levar os trabalhadores a ocuparem o Governo municipal. Ainda em Moji Guaçu, o juiz de Direito convocou representantes dos quatro partidos que militam na cidade, exigindo que fornecessem homens para proceder à limpeza das pichações dos muros, no que foi atendido. Quem lucrara com isso foram os ricos PMDBs 1 e 2, os quais colocaram

enormes placas de propaganda nos locais estratégicos da cidade com o nome de seus candidatos."

Ailton Franco de Godoy, Mogi Guaçu, SP.

Cópia da carta foi enviada à Comissão Executiva Regional, para conhecimento de outras informações aí constantes.

Um grupo de militantes e candidatos do PT de Ribeirão Preto, Franca e São Joaquim da Barra, no Estado de São Paulo, distribuiu manifesto com críticas a aspectos da campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Do documento, o seguinte trecho:

"... discordamos da decisão dos Diretórios — especificamente o de São Paulo — quando este permite a formação, pelos candidatos petistas, de escritórios particulares. Acreditamos ser este um mau caminho para a campanha, pois com os escritórios individuais estaríamos particularizando os recursos e interesses do Partido a favor de uma única candidatura, o que leva a inviabilizar a decisão coletiva, além de impedir na prática a participação de candidatos menos favorecidos economicamente."

Na Espanha, socialistas

O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) venceu por maioria absoluta as eleições parlamentares realizadas no último dia 28 de outubro.

Houve mais de 75% de comparecimento às eleições, equivalendo a cerca de vinte milhões de eleitores.

O Partido Socialista obteve 46% dos votos (201 das 350 vagas da Câmara dos Deputados e 134 de 208 do Senado). Em seguida, o partido de direita de Manuel Fraga Iribarne elegeu 105 deputados e 54 senadores. A União de Centro Democrático, partido que estava no Governo, elegeu 11 deputados e 4 senadores. O Partido Comunista de Santiago Carrillo, ficou com 5 deputados e o Centro Democrático Social, do ex-primeiro-ministro Adolfo Suárez com 4 deputados.

Felipe Gonzales, o líder do PSOE, deverá ser designado chefe do Governo.

Equador — A Frente Unitária dos Trabalhadores equatorianos marcou greve geral para o dia 8 de novembro, exigindo a revogação dos aumentos da gasolina e da farinha de trigo.

Os trabalhadores equatorianos haviam conseguido conquistar recentemente a reivindicação de um aumento salarial, mas os anunciados aumentos de preços da gasolina e da farinha anulariam essa conquista. Por isso, estão organizando a greve geral.

Argentina — Com as modificações recentes havidas no Governo argentino, depois da derrota nas Malvinas, começam a aparecer os podres da Ditadura.

Centenas de corpos de "desaparecidos" têm sido encontrados em cemitérios próximos a Buenos Aires. A repressão continua grande na Argentina, contudo, e correm rumores de um golpe militar de extrema direita. Em vários lugares do Mundo, grupos de anistia e de direitos humanos estão se movimentando para o fim das perseguições e o esclarecimento dos crimes da repressão, não só na Argentina, como no Uruguai, no Paraguai, no Chile e em outros países.

Massacre — Ariel Sharon, ministro da Defesa de Israel, admitiu, no dia 25 de outubro, que autorizou pessoalmente a entrada de milicianos libaneses de extrema direita nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, onde mais de mil palestinos desarmados e indefesos, entre homens, mulheres, crianças e velhos, foram massacrados. Sharon disse que o Governo de Israel estava de acordo com o "princípio" da autorização.

O depoimento de Sharon foi feito diante de uma comissão de inquérito, criada em Israel por pressão dos trabalhadores e da opinião pública.

JORNAL DOS
Trabalhadores

Orgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT Nacional. Quinzenário Reg. 055615-82. Publicação da Universal S/C Ltda (CGC 47.826.904/0001) (34) Redação e Administração — Rua Andréia Paulistina, 558 — CEP 04707 São Paulo — SP — Brasil — Tel. 531-0618. Editor responsável: Peiseu Abramo (reg. prof. 5436 mai. sind. 1085) Administração: Francisco Rodrigues Martins Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh Produção Gráfica: Elías Andreatto Cid Marcondes de Oliveira Sérgio Alli Fotografia: Samuel Ivanovich Bio Zenha Rose Galvão Composição: Fotolito e Impressão: Rua Arthur de Azevedo, 1977 Fones 212 5061 e 814 4046

Trabalhadores em cena

Com os novos governadores, as novas estratégias de oposição

Apesar de toda a fraude e corrupção, de toda a violência e das ameaças específicas partidas de setores militares e da extrema direita, o Brasil caminha inexoravelmente para o Quinze de Novembro e para uma derrota significativa, embora parcial, do atual Governo e do regime ditatorial implantado em 1964.

A derrota do Governo e do regime será mais política que propriamente eleitoral ou parlamentar. É bem possível que, graças à corrupção e à violência, o PDS consiga eleger vários governadores, muitos prefeitos e consideráveis bancadas parlamentares, tanto nas assembleias legislativas estaduais quanto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Também não é impossível que, mesmo em alguns Estados onde as oposições vençam a disputa para governador, o PDS consiga eleger alguns de seus candidatos proporcionais com grande margem de votos — iniciando, assim, a corrida para a indicação ou a eleição direta para a Presidência da República em 1984.

Novo estilo

Tudo isso, porém, não atenua a importância histórica do fato de que, em numerosos Estados, o PDS será afastado do Governo. E de que, no Congresso, a bancada governista perderá grande parte da força que até agora vinha mantendo para homologar a vontade imperativa do Executivo.

Essa perspectiva de derrota política iminente é perfeitamente sentida — e até reconhecida — pelos setores mais conservadores do regime, e pela extrema direita militar ou civil. Para atenuar o impacto da derrota, esses setores já começaram a fazer o seu duplo jogo sujo de ameaças e ações violentas, na linha da Bomba do Riocentro e dos atentados. Diariamente, em algum ponto do País, algum candidato ou militante de oposição é alvo de uma ou outra dessas formas de repressão. O PT, principalmente, mas também candidatos do PMDB e do PDT e setores da Igreja Católica têm sido as maiores vítimas. As edições falsas do jornal católico "O São Paulo", o assassinato de Heitor Alencar Furtado, as ameaças a candidatos peemedebistas e pedetistas, espancamentos e prisões de candidatos e militantes petistas no Rio e em São Paulo, folhetos e volantes apócrifos e injuriosos — tudo isso mostra um quadro de desespero mas também de intimidação.

Isso não é novidade no Brasil. Toda vez que os setores populares começam a se movimentar, os setores conservadores e a extrema direita usam desses recursos. O que é novi-

dade é que, agora, os setores reacionários militares e civis têm novos porta-vozes — representados por dirigentes do PMDB que exprimem ou o lacerdismo ou o pecebismo — para fazer ameaças e intimidações e criar um clima de terrorismo político com o objetivo de imobilizar as massas e favorecer o regime. É esse o significado de recentes declarações desses dirigentes contra a votação em Brizola, no Rio, e Lula, em São Paulo, para só citar dois exemplos.

Em contraposição, a vitória de candidatos oposicionistas em grande número e em vários Estados, nos Governos, nas Prefeituras, e nas casas legislativas municipais, estaduais e federais, permite prever, se não propriamente uma mudança, pelo menos um novo estilo de Governo e um novo clima institucional no País já a partir da terceira semana de novembro, quando a apuração dos votos delineia o quadro dos eleitos que tomarão posse em março.

Assim, a situação econômica se deteriorará cada vez mais rapidamente, a recessão tenderá a aumentar, crescerá a dívida externa, crescerá o desemprego, a inflação e o custo de vida. O recente reajuste nominal do salário-mínimo é insuficiente e deverá ter sido absorvido pela inflação por volta de janeiro. O aparente recuo das autoridades em acabar com o reajuste semestral dos salários tem mero efeito propagandístico de época eleitoral, e, passado o dia 15, os empresários procurarão levar o Governo Federal a mudar a política salarial. Os conflitos no campo tenderão a aumentar. A qualidade de vida nos grandes centros urbanos não melhorará consideravelmente nem nos Estados em que o PDS perder.

Em outras palavras: a crise econômica e social brasileira não se resolverá e, provavelmente, poderá agravar-se. E, diante desse quadro, a classe trabalhadora brasileira ainda está, em grande parte, pouco mobilizada, embora tenha dado demonstrações de preparo para a vida política.

Na verdade, os trabalhadores foram consciente e deliberadamente desmobilizados, quer pelo regime de 64 e pelo patronato, quer pelas correntes políticas aninhadas no arco peemedebista que, embora se dizendo



reformadoras ou revolucionárias, têm desenvolvido uma incorreta e oportunística linha de colaboração de classes, em nome da abertura de um espaço que é negado exatamente pelas classes dominantes às quais essas correntes se aliam. Há inúmeros exemplos disso, como sistemático ataque de setores peemedebistas ao PT, o adiamento do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, a aproximação com a estrutura sindical atrelada, a campanha salarial fraca dos metalúrgicos de São Paulo (uma das categorias profissionais e sindicais mais numerosas do Brasil), o aparelhamento de entidades estudantis e populares e o seu distanciamento das bases, etc.

Na realidade, no momento a classe trabalhadora brasileira tem poucos instrumentos de organização, mobilização e luta. O principal deles é o Partido dos Trabalhadores. E há, também, algumas direções sindicais esparsas, algumas poucas centrais intersindicais estaduais independentes e combativas, uma ou outra entidade profissional, estudantil ou popular.

Estratégia nova

A constatação desse fato indica já, claramente, qual o caminho que a classe trabalhadora seguirá para não ser submergida: reforçar ao máximo esses instrumentos, ampliar-lhes a ação, multiplicar a sua capacidade de estruturação e de intervenção na realidade política. É esse o sentido da campanha eleitoral do PT, é esse o sentido da realização do III Enclat em São Paulo a 19, 20 e 21 de novembro, a conquista de sindicatos dos químicos em São Paulo e no ABC, dos gráficos no Pará e outros em diversos pontos do País.

A mesma constatação também indica outra preocupação: a partir de 15 de novembro, a classe trabalhadora brasileira irá estabelecer uma estratégia nova, inovadora, mais perspicaz e hábil da que até aqui tem sido seguida às vezes.

Nos Estados e nas cidades onde tiver vencido o PDS, os trabalhadores prosseguirão e até aumentarão a oposição ao Governo, ao regime e ao patronato, mas deverão levar em conta que os novos governantes estaduais terão, sobre os seus antecessores, a vantagem política de terem sido eleitos, e não bionicamente nomeados. Isso quer dizer que esses novos governadores, mesmo pedessistas, terão algum tipo de respaldo popular, e esse fator não pode ser ignorado nas ações de oposição e de mobilização populares.

Nos Estados e nas cidades em que tiverem sido eleitos — sob a legenda do PMDB, do PDT ou do PTB — representantes dos setores burgueses liberais de oposição, a classe trabalhadora acabará tendo de planejar uma estratégia inteligente, desenvolvendo uma oposição que afirme a sua presença no cenário político, mas que não a isole dos setores populares que, inicialmente, e ainda sob o impacto da vitória, continuam apoiando os governantes eleitos.

Em qualquer um dos casos, e utilizando os poucos mas atuais instrumentos políticos de que dispõem, os trabalhadores irão iniciar um longo e paciente trabalho de organização e reorganização, marcando sua linha autônoma e independente em relação às outras classes sociais, e exigindo a participação efetiva dos setores populares nas decisões institucionais.

Palanque

Errando

Continua errando a "Folha de S. Paulo". Ela disse que o Comitê Eleitoral Unificado Nacional do PT recomendara ao PT de Alagoas que votasse nos candidatos do PMDB. É mentira.

O Comitê recomendou ao PT de Alagoas que continuasse com seus esforços para viabilizar o Partido no Estado, e que cada militante deveria assumir sua responsabilidade por sua posição nas eleições.

Para baixo

O Governo continua empurrando para baixo o salário dos trabalhadores brasileiros. O último reajuste do salário-mínimo foi um acréscimo de apenas 41,9% sobre o anterior. O Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) é de 45,98%. Como o novo salário-mínimo deve vigorar ainda por muitos meses, e como a inflação brasileira é galopante, o reajuste do mínimo deveria ser, agora, pelo menos de 10% a mais que o INPC, e deveria ser reajustado, pelo menos, daqui a três meses.

Em termos de salário-real (isto é, da capacidade de compra do salário) o trabalhador vem perdendo desde 1960.

Não gostou

O PMDB paulista não gostou do fato de ter sido revelado, pelos jornais, que a maior parte de sua assessoria é também do Mahuf e dos anteriores governos do PDS.

O PMDB precisa aprender, de uma vez por todas, que não dá para fazer omelete sem quebrar os ovos. Ou ele — como gosta de dizer de si mesmo — "uma ampla frente", e aí cabe tudo, inclusive mahufistas e pedessistas, ou ele é oposição ao Governo e ao regime, e aí ele perde 80% de seu apoio eleitoral.

Pesquisas

Com o final do prazo legal para divulgação de resultados de pesquisas e prévias eleitorais, no último domingo de outubro, os

setores conservadores-liberais se esbaldaram.

A TV Globo, a pretexto de fornecer os últimos resultados, fez uma criteriosa seleção de dados parciais que deviam a vitória ao PDS em muitos Estados e uma colocação tão absurda dos pequenos partidos que nem os seus próprios locutores acreditaram. Fez mais: fez a descarada propaganda eleitoral do Mahuf, revelando assim, no último dia, a quem serve a TV Globo.

O "Estadão" foi mais engraçado: apresentou uma "pesquisa" (com data do dia anterior, para escapar à lei) colocando o Lula em quarto lugar, abaixo do Jânio. Que o "Estadão" não gostava do Lula já se sabe: basta verificar que comete três erros de ortografia ao escrever o nome do candidato do PT. Agora, que o "Estadão" aceite até fazer a propaganda de seu arqui-inimigo Jânio para desfavorecer o Lula, já é demais. Melhor seria botar aquilo tudo num editorial, ou nas colunas das Sucursais do Rio ou de Brasília, mas nunca chamar de "pesquisa".

Prefeito

Por não saber como contentar a todas as fisiológicas ambições dos inúmeros e heterogêneos grupos que estão contidos em seu partido, o candidato do PMDB ao Governo de São Paulo fez uma série de declarações ambíguas e contraditórias a respeito do nome que escolherá para prefeito da Capital, se for eleito.

A única proposta democrática e popular, nesse tema, é a do PT: plebiscito para o nome que deve ser indicado pelo governador à Assembleia.

Mas o candidato peemedebista acha que o povo não está preparado para escolher, e prefere indicar um nome seu, "até a mudança da lei", isto é, lá por 1986, se tanto.

Nessas horas — ou seja, quando lhe convém — o PMDB não é uma frente, mas um "partido", na burguesíssima concepção de que é uma organização a serviço de uma cúpula.

Lei de Segurança é repudiada por todos

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e a Comissão Arquidiocesana Pastoral de Direitos Humanos e Marginalizados realizaram, na última semana de outubro, em São Paulo, um ato público em defesa dos direitos humanos e repúdio à Lei de Segurança Nacional; o ato foi no Teatro Nidia Licia.

Prêmio Herzog

No dia 25 de outubro, como fazem anualmente, os Comitês Brasileiros de Anistia, o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, a Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia, a OAB de São Paulo, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a seção paulista da ABI, a Federação Nacional de Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo realizaram a cerimônia de entrega de gravuras aos contemplados no 4º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

O Prêmio Herzog, que toma o nome do jornalista preso, torturado e assassinado pelo Exército e que é uma homenagem a todos os oprimidos e perseguidos pelo autoritarismo, destina-se a estimular a produção de matérias jornalísticas, em jornais, revistas, rádio e tv, que denunciem e combatam a repressão.

A propósito do ato contra a LSN, o deputado petista Eduardo Matarazzo Suplicy elaborou manifesto em que diz, entre outras coisas:

"A Lei de Segurança Nacional faz letra morta da Lei de Anistia, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31/10/79. Levantamento realizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo demonstra quantas pessoas foram indiciadas pela Lei de Segurança Nacional, desde 1979:

- 1) David Maximiliano de Souza, primeiro preso político depois da Anistia. Professor em Ouro Preto (MG) e condenado a 1 ano de prisão em novembro de 1980.
- 2) Adelmo Genro Filho: vereador (PMDB) na cidade de Santa Maria, RS.
- 3) Gaóriel Mallmann: deputado estadual (PMDB-RS).
- 4) Paulo Vilanova: vereador em Barbacena (MG), condenado a seis anos de prisão. E seu irmão, condenado a um ano.

- 5) Newton Dias Vasconcelos Júnior, Amilton Alexandre, Marize Lippel, Geraldo Pereira, Barbosa, Rosângela Souza, Adolfo Dias e Lia Giovanella: estudantes de Florianópolis, processados pela LSN em dez-79.
- 6) João Carlos C. de Oliveira: estudante de engenharia.
- 7) Ruy de Andrade Gouveia, ex-deputado paraibano, processado em Recife.
- 8) Reginaldo Veloso: sacerdote em Pernambuco, cumpriu pena de 1 ano de prisão.
- 9) João Cunha: deputado federal (PT-SP).
- 10) Francisco Mendes: vereador em Xapuri e presidente regional do PT no Acre.
- 11) Lula, Jacó Bittar e outros sindicalistas, indiciados em Brasília, também no Acre.
- 12) Lula e mais doze sindicalistas do ABC-SP.
- 13) Guttemberg da Mota e Silva, José Jurandir Garcia Araújo, Rosângela Conrado Melo e Huggo Afonso de Almeida e Souza: jornalista da rádio e "Jornal do Brasil" em Belo Horizonte (MG).
- 14) Samuelito Capucinho Mares e Márcio da Conceição Dote: jornalistas da rádio Itatiaia (MG).
- 15) Lineo de Paiva: deputado estadual em Goiás, e membro da diretoria regional do PT de Goiás.
- 16) Genival Tourinho: deputado federal do PDT-MG.
- 17) Ricardo Lessa, Claudio Campos e Pedro Camargo: jornalistas do "Hora do Povo", condenados no Rio de Janeiro.
- 18) Freitas Diniz: deputado federal (PT-MA).
- 19) Theodorico Ferraço: deputado estadual (PDS-ES).
- 20) Francisco Gouriou e Aristides Camio, sacerdotes, e João Matias e mais um grupo de posseiros do Pará. Presos, condenados a penas de 8 a 15 anos de prisão.
- 21) Juvêncio Mazarollo: jornalista de Foz do Iguaçu, do jornal "Novo Tempo", preso desde 28 de setembro.
- 22) Pedro de Oliveira, Bernardo Joffly, Dilair Aguiar, João Amazonas, Rogério Lustosa: ameaçados de serem indiciados na LSN, pelo lançamento da "Revista do Araguaia".
- 23) Júlio de Mesquita Neto, diretor responsável de "O Estado de São Paulo".
- 24) Gerson Camata (PMDB-ES) candidato a governador.

No Paraná, deputado federal assassinado

Crime político, diz família

Foi assassinado o deputado federal Heitor de Alencar Furtado (PMDB-PR), na madrugada de 22 de outubro, nas proximidades de Mandaguari, cidade localizada no norte do Paraná, por um tiro de carabina disparado pelo agente policial de Jandaia do Sul, Aparecido Andrade Branco, conhecido como "Branquinho".

O deputado, 26 anos, filho do ex-deputado federal, Alencar Furtado, cassado em 1977, era candidato a deputado estadual e fazia dobradinha com seu pai, candidato a deputado federal. Heitor participara de comício em Nova América da Colina e de uma reunião em Londrina e voltava a Paranavai, onde residia. Heitor, com sono, parou para dormir um pouco à beira da estrada, cinquenta metros afastado do posto Alvorada. Junto com o deputado viajava um amigo residente em Brasília, Flávio Alencar, 17 anos, sobrinho do deputado, vinha logo atrás dirigindo um volks.

Vinte minutos depois de terem parado, o sobrinho de Heitor ligou seu volks à álcool para que esquentasse. O deputado e seu companheiro nada ouviram. Nesse momento um

carro de polícia parou diante do Fiat onde dormia Heitor, desceram dois policiais à paisana, um deles empunhando um revólver e outro uma carabina. O sobrinho do deputado gritou que não atirassem porque ali estava o deputado Heitor de Alencar Furtado. Os policiais não deram ouvidos à advertência do sobrinho e o que empunhava a carabina atirou. Ao sair de seu volks, os policiais disseram a Flávio que levasse a vítima ao hospital. Fábio entrou no Fiat e enquanto se dirigia ao Hospital das Clínicas de Mandaguari, os policiais fugiram em outra direção. O deputado Heitor de Alencar Furtado chegou ao hospital morto, com um tiro no coração.

Alencar Furtado, pai do deputado assassinado, afirma que o crime é político e foi realizado por seus adversários políticos. Alencar acredita que o visado era ele. Pela primeira vez o filho dirigia o carro que Alencar Furtado utilizava para realizar sua campanha.

Foi aberto inquérito na Polícia Federal. O PT e os demais partidos se solidarizaram com a família da vítima e esperam que as investigações apresentem os mandantes do crime.

Pedras na frente

As pauladas e os sorrisos

Luiz Egypto

Frente é frente. Que o diga o venerando deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB.

No trabalho de apoio aos candidatos de seu partido aos governos estaduais, o deputado paulista é obrigado a viver peripécias como a que passou em Salvador, quando subiu no palanque para pedir votos para Roberto Santos, o mesmo que em 13 de maio de 1978, quando governador da Bahia pela antiga ARENA, botou a polícia na rua para impedir uma mani-

festação comemorativa ao dia da Abolição da escravidão, onde Ulisses iria falar. O episódio ficou conhecido como "A noite dos cachorros".

Na semana retrasada o presidente do PMDB esteve no Rio de Janeiro para um comício do candidato Miro Teixeira (que aliás, foi um fracasso). E teve que defender o mesmo partido em que está o governador Chagas Freitas, que em 1973 o impediu de discursar no Rio.

"Isso já passou. O que importa é agora", disse Ulisses. Pois é....

Assine o Jornal dos Trabalhadores

- Cr\$ 1.000,00 por 24 números
 Cr\$ 500,00 por 12 números

Nome
Profissão Idade
Endereço (rua, número)
Cep Cidade Estado

Assinale o tipo de assinatura que você quer e envie este cupom juntamente com um cheque nominal cruzado em nome de Persou Abramo. Remeter para Jornal dos Trabalhadores — ASSINATURAS — Rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, São Paulo, SF. Tel.: 531-0618.

Radio Peão

Chesf

Entraram em greve os funcionários da Companhia Hidrelétrica do São Francisco Chesf na Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Maranhão e Piauí. O Sindicato dos Eletricistas de Pernambuco foi comunicado da legalidade da greve sob o pretexto de que os trabalhos da Chesf são considerados como atividades essenciais. Os empregados da empresa, por seu lado, prosseguirão em assembléia permanente.

Os sindicatos dos Eletricistas de Pernambuco foi, por volta das 17 horas do dia 29 de outubro, invadido por 10 homens sob a chefia do delegado Clóvis, que sem apresentar documentos, informou ser da Polícia Federal, revirando gavetas e papéis de propriedade do sindicato.

Prefeitura

Os 35 funcionários da Prefeitura de Monte Carmelo, em Minas Gerais, entraram em greve no dia 25 de outubro, por estarem com seus salários atrasados há dois meses. Os funcionários paralisados são responsáveis pelos trabalhos de limpeza urbana. A greve foi decidida quando o prefeito alegou falta de condições para saldar os salários em atraso. Os funcionários comparecem diariamente à Prefeitura, assinam o ponto, mas não realizam o trabalho de rua, permanecendo reunidos na Prefeitura. Não dando ouvidos às ameaças de demissão feitas pelo prefeito, os funcionários grevistas informam que só retornarão ao trabalho depois de acertados os pagamentos atrasados.

Monark

Na greve da Monark, em São Paulo, deflagrada em protesto à demissão de companheiros, 25 operários foram presos por policiais militares e levados ao Deops, no dia 25 de outubro, por cerca de 50 policiais, que ocupavam oito táxi-móveis.

Os manifestantes foram cercados e presos pela polícia, quando, no final do turno, realizaram manifestações para protestar contra outra possível demissão de 20 companheiros, pregando a continuidade da greve.

Transportes

Seguindo a onda de greves nas empresas de ônibus de São Paulo, mais de 1.500 motoristas e cobradores da Empresa de Ônibus Penha-São Miguel entraram em greve no dia 28 do mês passado, por atraso no pagamento de seus salários. Os 450 ônibus da empresa que serve 27 linhas foram substituídos por 350 carros da CMT, que procurou dessa forma contornar parte dos problemas dos usuários.

Metalúrgicos

Diversos trabalhadores das empresas metalúrgicas de São Paulo, como os empregados da Ford, unidade do Ipiranga e empregados da fábrica de fogões Semer, decretaram estado de greve e realizaram operação tartaruga para evitar que a empresa forme estoques; também se recusam a fazer horas extras.

Professores

Os docentes das universidades federais e autárquicas de todo o País decidiram paralisar as atividades no dia 4 de novembro em protesto às respostas evasivas da ministra da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz, diante das reivindicações salariais da categoria.

Dynapac

Os 800 operários da Dynapac Equipamentos Industriais Ltda., unidade de Taubaté da Serra, em São Paulo, encerraram greve que durou três horas, depois que receberam promessa dos dirigentes da empresa de que nos próximos dois meses não haverá nenhuma demissão. A empresa se comprometeu ainda, em acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que qualquer decisão que vier a tomar nesses próximos dois meses, será antes discutida com os trabalhadores. Foi eleita uma comissão de fábrica, com 11 membros, para fiscalizar o cumprimento do acordo.

Prepara-se o III Enclat paulista

Algumas direções sindicais tentam sabotar o encontro

A Comissão Estadual Pró-CUT de São Paulo vai realizar, nos dias 19, 20 e 21 de novembro, o III Encontro das Classes Trabalhadoras.

O segundo Enclat, realizado meses atrás, elegeu a atual Comissão Estadual Pró-CUT, em substituição à antiga Comissão Intersindical, que, por sua vez, era uma ampliação da antiga "Unidade Sindical".

O segundo Enclat também marcou posição — à semelhança de outros Enclats realizados no País — em relação à realização, ainda este ano, do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, que fora adiado pela antiga Comissão Nacional Pró-CUT.

Pauta

No III Enclat, os membros de direções sindicais e delegados eleitos pela base deverão discutir a situação atual de organização e mobilização dos trabalhadores paulistas e a preparação do I Conclat.

Nessa linha, deverão adotar providências mais concretas e organizativas para a realização, em 4 e 5 de dezembro deste ano, de uma reunião nacional dos movimentos sindicais destinada a implementar a realização do I Conclat.

Base

Em muitas categorias foram realizadas assembléias e reuniões para a escolha dos delegados de base que deverão participar do III Enclat.

Em várias categorias, contudo, isso ainda não foi feito, ou porque as direções sindicais são imobilistas ou pelegas, e querem impedir a representação democrática de suas bases, ou, então, porque os dirigentes sindicais estão vinculados a correntes políticas que vêm sabotando o movimento sindical desde julho, quando apoiaram o adiamento do I Conclat e, posteriormente, recusaram-se a

participar da eleição da atual Comissão Estadual Pró-CUT.

Petistas

Para examinar a pauta e firmar uma posição comum diante dos assuntos a serem tratados, os delegados ao III Enclat, que sejam filiados ao Partido dos Trabalhadores, vão reunir-se no dia 18, às 19 horas, na Associação dos Servidores Públicos do Hospital das Clínicas, rua Teodoro Sampaio, 305.

A reunião está sendo organizada pela Comissão Sindical do Diretório Regional do PT em São Paulo. Essa Comissão, pela voz de seu coordenador, David de Moraes, solicita a todos os sindicalistas do PT ou aos que concordam com suas posições que procurem ser eleitos, nas assembléias de suas categorias, como delegados de base ao III Enclat.

No Rio

A última plenária da Intersindical do Rio de Janeiro, realizada no dia 23 de outubro, elegeu a nova direção da Comissão Pró-CUT-RJ, cuja composição é a seguinte: Abidias José dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e líder da última greve metalúrgica do Estado; Roberto Chabo, presidente do Sindicato dos Médicos; Ivan Pinheiro, do Sindicato dos Bancários; Jorge Bittar, do Sindicato dos Engenheiros; Nery, do Sindicato dos Gráficos, e Eraldo, da Fetag.

Os dois primeiros suplentes (são cinco) são Geraldo Cândido da Silva, presidente do Sindicato dos Metroviários-RJ, e Isabel Picaluga, presidente da Associação dos Cientistas Sociais-RJ.

O plenário também aprovou como data para a realização do I Conclat, os dias 29 e 30 de abril e 1º de Maio de 1983. O local do Congresso, para os sindicalistas do Rio, deverá ser em São Paulo.

FUNCIONÁRIOS Dia do servidor é motivo de protesto

Listas de reivindicações e debates nas associações

O dia 25 de novembro marcou, em todo o País, o Dia do Funcionário Público, e a data foi comemorada, em várias capitais, com atos realizados pelos servidores para protestar contra as atuais condições de trabalho a que são submetidos e apresentar as suas reivindicações.

Debate

Em São Paulo, a União Nacional dos Servidores Públicos realizou um debate entre os representantes dos partidos, para discutirem com os funcionários as suas propostas de Governo e, em especial, suas posições em relação ao serviço público.

O PT foi representado, nozato, por Hélio Bicudo, membro do Diretório Nacional do Partido e candidato a vice-governador em São Paulo. Bicudo criticou a exploração a que os servidores municipais, estaduais e federais vem sendo submetidos pelos governos dominados pelo PDS.

Também criticou o "marinão" (ex "malufão") projeto enviado dias antes pelo governador de São Paulo à Assembléia Legislativa, e que, sob a aparência de conceder benefícios ao funcionalismo, apenas consóida nos cargos os apeniguados do PDS que foram recentemente nomeados por Marin e Maluf. Atitude semelhante de protesto foi adotada, na Assembléia paulista, pelo líder da bancada petista, deputado Marcos Aurélio Ribeiro.

Reivindicações

Também comemorando a passagem de sua data, a Federação Paulista dos Servidores Públicos (Fepasp) divulgou uma lista de reivindicações, aprovada no recente I Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo e que constam de ofício enviado ao governador do Estado.

É a seguinte a nota da Fepasp:

"A Federação Paulista dos Servidores Públicos (Fepasp) e demais entidades participantes do Iº Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, realizado em agosto do corrente ano, vem à presença de V. Excia. encaminhar as resoluções aprovadas no referido Congresso.

"Como é de conhecimento público, as condições de achatamento salarial dos servidores do Estado de São Paulo chegaram a um nível não compatível com a dignidade humana. Para minimizar esta situação propomos como fundamental que se estabeleça entre o Governo e estes Servidores um canal de negociações para tratar das reivindicações que se seguem e que constituem as mais urgentes:

"1. Complementação salarial imediata de no mínimo 40%, a título de reposição parcial das perdas de 1982;

"2. Reajuste semestral sobre os salários recompostos das perdas sofridas nos períodos anteriores a 1982;

"3. Pelo fim das contratações a título precário e que a admissão ao Serviço Público só se faça mediante Concursos Públicos Regulares e Criteriosos. Pela admissão imediata de todos os aprovados em concursos públicos. Pela efetivação imediata dos Servidores Públicos em caráter precário e que se submetam a concurso e processo seletivo público.

"4. Revogação das Comissões Processantes e das Comissões de Sindicância;

"5. Extensão da taxa de insalubridade a todos os servidores que têm direito à mesma;

"6. Creches nos locais de trabalho;

"7. Alimentação subsidiada a todos os Servidores Públicos."



Pessoal da Volks tem comissão

Operários elegeram companheiros representativos

Mais uma vitória dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em São Paulo: no último dia 25, depois de três meses de negociações, o sindicato assinou, com a Volkswagen do Brasil, um acordo coletivo que cria a comissão de fábrica na empresa, em substituição ao sistema de representantes implantado pela indústria no início de 1980.

"Foi uma conquista histórica" — resumiu Jair Meneguelli, presidente do sindicato, logo após a assinatura do acordo. Segundo ele, a categoria nunca aceitou e nunca reconheceu o sistema anteriormente implantado pela Volks, uma vez que a empresa, na época, "agiu de má fé, procurando instituir uma representação unilateral, num

momento em que não havia diretoria eleita e o sindicato encontrava-se sob intervenção do Ministério do Trabalho".

Estabilidade

Formada por 17 membros, dos quais três mensalistas, a nova comissão de fábrica da Volkswagen terá um mandato de dois anos. Os representantes eleitos terão três anos de estabilidade no emprego, medida que será estendida por seis meses a todos os candidatos, mesmo para aqueles que não conseguirem número de votos suficientes para se elegerem, nas eleições que serão realizadas na segunda quinzena de novembro.

Além disso, diretores de base do sindicato poderão participar

das reuniões entre a comissão e a empresa, ficando preservado à entidade o direito de avocar para si qualquer decisão, mesmo que o assunto já tenha sido discutido pela comissão.

Novas comissões

Depois de destacar que a criação da comissão foi o resultado "da união e da capacidade de luta dos trabalhadores da Volkswagen", Jair Meneguelli anunciou que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema já iniciou contatos com as principais indústrias da região, visando negociações no sentido de que sejam implantadas novas comissões de fábricas, a exemplo do que já ocorreu na Volks e na Ford Brasil.

Campanha metalúrgica termina

Mobilização fraca obriga a acordo infeliz

Reunidos numa rápida assembléia no dia 27, três mil metalúrgicos de São Paulo aceitaram o acordo salarial proposto pelos patrões, ou seja, 4% de produtividade além do INPC, para aqueles que recebem de um a dez salários mínimos. A proposta inicial dos metalúrgicos era de 15% acima do INPC.

Pouco mobilizados

Neto, um dos oradores da assembléia, que é representante de comissão de fábrica, disse que esse acordo é uma vergonha, mas que os metalúrgicos não têm condições de dar uma resposta a ele, pois não estão mobilizados a ponto de poder decretar uma greve geral.

Segundo Gésio, da comissão de fábrica da Ford, "se o acordo é safado e sem-vergonha é porque a mobilização só começou no dia da assembléia". Ele disse também que os metalúrgi-

cos deviam começar a luta por mais comissões de fábrica, estabilidade no emprego, por condições mínimas de vida e que deviam organizar a greve para 83.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, disse que todos deviam aceitar essa "proposta porcaria", pois não há porcaria melhor, e complementou "para rejeitar essa proposta teríamos que fazer greve geral e nós optamos pela luta por estabilidade no emprego".

Na hora da votação do acordo, boa parte do plenário se absteve e muitos gritavam o slogan greve geral.

O acordo

Além de aceitar algumas reivindicações menores, o acordo estabeleceu que o piso salarial

será de Cr\$ 10.040,00 (os metalúrgicos reivindicavam Cr\$ 58.703).

Estabeleceu também que os trabalhadores-aprendizes, que recebem meio salário mínimo por mês, passarão a receber metade do piso da categoria e que o índice, proposto pelos patrões, será válido tanto para os que têm mais de um ano de empresa como para os recém-contratados.

Nova assembléia

Os empresários fecharam questão quanto ao não reconhecimento das comissões de fábrica e insistiram em não dar garantia de emprego aos trabalhadores.

Em resposta a isso, foi aprovada a proposta de fazer nova assembléia, na sede do sindicato, na rua Galvão Bueno, 780, Liberdade, no dia 26 de novembro e iniciar uma campanha contra o desemprego e em defesa da estabilidade.

Agenda dos Trabalhadores

NOVEMBRO

* Dia de Luta Contra o Desemprego, organizado por sindicalistas.	5	Em todo o País
* Último grande comício centralizado da campanha do PT em São Paulo, diante do Estádio do Pacaembu, com início da festa às 15h e discursos às 17h.	7	São Paulo SP
* Data marcada pela central sindical polonesa na clandestinidade "Solidariedade", para greve geral na Polónia.	10	Em toda a Polónia
* Debate entre os candidatos do Governo de São Paulo, na "Folha de S. Paulo".	12	São Paulo SP
* Passeata e comícios do PT no ABC.	12	ABC SP
* Final do prazo de transmissão de propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV.	12	Em todo o País
* Último dia para realização de comícios e reuniões públicas eleitorais.	13	Em todo o País
* Publicação, pela "Folha de S. Paulo", do debate entre os candidatos ao Governo do Estado.	14	São Paulo SP
* Eleições para governador, senador, prefeito, deputado federal, deputado estadual e vereador. Início da votação às 8h. e término às 17h.	15	Em todo o País
* Reunião dos delegados ao Enclat, filiados ao PT.	18	São Paulo SP
* 3º Enclat paulista para discutir a realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras.	19, 20 e 21	São Paulo SP
* Posse da nova diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE).	23	São Paulo SP
* Data prevista para término das apurações eleitorais.	25	Em todo o País

DEZEMBRO

* Reunião nacional do movimento sindical para preparar o I Conclat.	4 e 5	São Paulo SP
---	-------	--------------

MARÇO 83

* Posse dos eleitos em 15 de novembro.		Em todo o País
--	--	----------------

Foi inaugurada a praça Santo Dias

Lembrado o 3.º aniversário

O 3.º aniversário do assassinato do líder metalúrgico Santo Dias da Silva, morto pela PM durante a greve de 1979, foi lembrado por várias solenidades realizadas nos dias 27 e 28 de novembro, em São Paulo. Os atos foram organizados pela viúva do operário assassinado, Ana Dias, e pela Comissão Pastoral Operária, da Igreja Católica.

No sábado, dia 27, foi oficiada a Missa dos Trabalhadores Mártires, na Catedral da Sé, com a presença de trabalhadores urbanos e rurais e agentes da Comissão Pastoral da Terra; na ocasião, foi inaugurado um quadro, de autoria de Elifas Andreato, lembrando os acontecimentos.

Praça Santo Dias

O domingo foi dedicado à inauguração da Praça Santo Dias, na Vila Remo, na Zona Sul de São Paulo, bairro fabril onde Santo vivia e trabalhava.

Houve missa em intenção de



Santo Dias (Foto: Nair Benedicto/F4)

Santo e, posteriormente, realizou-se programação cultural, com encenação teatral e apresentação de números de canto e música, por violeiros da periferia.

Também foi apresentado um disco, contendo músicas que falam da vida e da luta dos trabalhadores da cidade e do campo.

O PT e a Economia

Ainda restam alguns exemplares do suplemento "O PT e a Economia", editado pelo *Jornal dos Trabalhadores*. Por Cr\$ 250,00, a proposta de programa econômico do PT pode ser adquirida na sede do *Jornal* (Rua Andrea Paulinetti, 558, Brooklyn Novo, 04707, São Paulo/SP - tel.: 531-0618), na sede do *Diretório Regional do PT em São Paulo* (Rua Santo Amaro, 582, Bela Vista, 01317, São Paulo/SP, tel.: 35-1462), na *Liderança do PT na Câmara dos Deputados* (Edifício do Congresso, Brasília/DF, tel.: 223-2740 e 224-1609), nas *Sedes Regionais dos Estados*; bancas e locais de venda de material do PT. O pagamento deve ser em dinheiro ou cheque



nominal cruzado a Perseu Abramo; ou então *Ordem de Pagamento a Perseu Abramo, Bradesco Agência Brigadeiro Luiz Antônio*, conta n.º 018.150-1, São Paulo. Quem levar mais de 10 exemplares, tem desconto de Cr\$ 20,00 por exemplar.

Tribuna Livre

Seguindo a estrela do PT

Walter Ferreira Filho

Comerciário. Militante de base do Partido dos Trabalhadores em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Peço licença para utilizar-me das colunas da "Tribuna Livre" para chamar a atenção de alguns companheiros que, em diferentes pontos do País, parece terem-se deixado dominar pelo derrotismo e pelo desânimo, justamente nesta fase final da campanha eleitoral de 82.

Não há dúvida de que temos encontrado enormes dificuldades em nossa campanha. Não apenas as dificuldades de ordem material (falta de recursos materiais), como também os obstáculos impostos pelo regime e mesmo por outros partidos. Também é certo que muitos de nossos problemas têm origem no próprio Partido, que ainda se ressentem da pequena duração de sua existência, da falta de organização mais adequada em muitas de suas instâncias, e ausência de discussões mais aprofundadas sobre a linha política, sobre programas e plataformas, etc.

Tudo isso é verdade, mas também é verdade que sabíamos de tudo isso já antes de começarmos a campanha. Portanto, não devemos ficar surpresos diante de fatos que não são novidade para nós, e nem cair num pessimismo exagerado e injustificado que só pode agravar os problemas e não superá-los.

Ao contrário, devemos olhar, com objetividade, mas com otimismo e entusiasmo, para inúmeros aspectos altamente positivos da campanha do PT nestas eleições.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, há pouco mais de três anos, os trabalhadores brasileiros ainda nem sonhavam em ter o seu próprio partido político. E que, quando começaram a construí-lo, não foram poucos os observadores de fora

que vaticinaram a sua "inviabilidade", o seu "breve desaparecimento", e qualificaram de utopia e fantasia a iniciativa tomada. E, no entanto, conseguimos formar o Partido nacionalmente, registrá-lo na Justiça Eleitoral, eleger os Diretórios e as Comissões Executivas, realizar as Convenções, indicar e registrar as candidaturas e entrar na briga em igualdade de competição com quaisquer outros partidos, por mais antigos e poderosos que possam ser.

E, neste final de campanha, apesar de todas as dificuldades e de todos os pessimismos, sabemos que iremos às urnas dar mais um passo importantíssimo no caminho da conscientização, da organização e da libertação da classe trabalhadora. Não só elegeremos uma bancada federal consideravelmente mais numerosa e mais forte que a atual, como asseguraremos nossa presença nas assembleias legislativas de vários Estados; além disso, elegeremos numerosos Executivos em nível municipal e temos chances reais de eleger governadores em pelo menos dois Estados — o Acre e São Paulo.

Ainda mais: no processo eleitoral, conseguimos sensibilizar centenas de milhares de trabalhadores em todo o Brasil, que, de agora em diante, se juntarão a nós na tarefa de tornar o PT cada vez mais numeroso, forte e representativo. Fizemos chegar nossa mensagem petista a todos os cantos do País, apesar das restrições da Lei Falcão. Passamos a ser temidos pelo inimigo, respeitados pelos adversários e odiados pelas forças golpistas que desejariam voltar a colocar o País sob regime ainda mais autoritário que o atual. Levamos a milhares de operários e de trabalhadores rurais a consciência da necessidade de sua organização autônoma. E, finalmente, acenamos, para milhões de brasileiros, com uma nova esperança: a estrela do PT.

Os 95 mil votos para a saúde

Em 1981, moradores dão exemplo de como criar um Conselho Popular

Há um ano exatamente no dia 15 de novembro de 1981, tomaram posse simbólica em cerimônia conjunta, 18 Conselhos de Saúde eleitos na região Leste da Capital de S. Paulo.

Essa eleição foi o coroamento de uma memorável mobilização popular por melhores condições de saúde e conseguiu reunir 95.000 eleitores para escolha dos conselheiros, em cada um dos 18 bairros, assim distribuídos: 10 na área de S. Mateus, 1 na Vila Curuçá e 7 na região que compreende: Jardim Nordeste, Cidade Patriarca, Artur Alvim e Burgo Paulista.

Os Conselhos de Saúde assim eleitos são canais formais de representação da população junto aos Centros de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado, para colaborar na execução do programa de saúde da área e para controlar o funcionamento dos serviços prestados à população.

A eleição

O movimento de saúde na região de S. Mateus — uma das áreas mais desassistidas em recursos de saúde da Capital de S. Paulo — não começou, e não acaba, com a eleição dos conselhos.

Começou muito antes, quando a população percebeu que tinha direito à saúde, e que não poderia ficar esperando os favores das autoridades.

E, aí, passou a se reunir, de casa em casa, de rua em rua, em comissões de saúde, para formular suas reivindicações em termos de construção de centros de saúde, nomeação de médicos, compra de vacinas, remédios, e encaminhá-las às autoridades.

As formas de luta foram se desenvolvendo. No início eram apenas os abaixo-assinados; em seguida, foram as assembleias de bairro reunindo milhares de pessoas e, depois, as memoráveis caravanas à Secretaria da Saúde, os ônibus lotados que despejavam homens, mulheres e crianças, carregando faixas, inventando paródias, enfrentando as autoridades, o secretário de Estado e seus assessores, de igual para igual.

"Saúde é direito e não favor", era o slogan que tomou conta da consciência dessa população.

Vitória

Foi assim que, quando alguns Centros de Saúde foram construídos na região de S. Mateus, a população festejou essa conquista como uma vitória do movimento popular e colocou a sua placa ao lado das placas de

Coordenadas pela Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp), numerosas entidades assinaram um documento denunciando as arbitrariedades de que foram vítimas moradores e funcionários, por parte do coronel que atualmente manda na Secretaria da Família e Bem-Estar Social da Prefeitura paulistana.

Esse militar — coronel José Ávila da Rocha — é identificado, por vários líderes populares, como tendo participado ativamente de todos os órgãos de repressão paulista, desde a famigerada "Oban" até o Doi-Codi do II Exército. No dia em que ocorreram os atos relatados abaixo, ele ameaçou parlamentares e prendeu candidatos às eleições de novembro, num claro ato de total desrespeito a todas as leis do País.

Na quarta-feira, dia 3 de novembro, moradores e membros de entidades populares reuniram-se, de manhã, diante da Prefeitura, para exigir a exoneração sumária desse elemento atrabiliário.

Protesto

É o seguinte o documento de protesto assinado pelas entidades:

"Nós, representantes das entidades abaixo relacionadas, vimos por meio desta manifestar nossa total e irrestrita solidariedade aos assistentes sociais e demais funcionários da Fabes e à população desalojada do Jardim São Paulo, assim como às entidades democráticas e movimentos populares presentes na sede da Fabes, no dia



Capa de um dos folhetos utilizados pelos moradores da Zona Leste de São Paulo para formar as comissões e os conselhos de saúde

Conselho Popular

O nascimento, as dificuldades, as lutas e as vitórias dos Conselhos de Saúde da região Leste de São Paulo são aqui brevemente relatadas como uma demonstração concreta da necessidade de mobilização e organização dos setores populares na conquista de seus direitos.

O exemplo dos Conselhos de Saúde da região Leste de São Paulo e há inúmeros outros exemplos semelhantes pelo País também serve para mostrar o

acerto e o caráter da proposta de Conselhos Populares, que consta da plataforma e dos programas do Partido dos Trabalhadores.

Ao propor os Conselhos Populares como um caminho efetivamente democrático e popular de participação nas decisões governamentais, o PT inspirou-se neste e nos demais exemplos de luta concreta da classe trabalhadora brasileira.

inauguração do Governo do Estado.

A idéia da formação dos Conselhos de Saúde surgiu quando o povo percebeu que a luta não termina quando se conquista um benefício.

"O que se obtém hoje pode ser perdido amanhã. O Centro de Saúde inaugurado não é garantia de um bom atendimento à população. É preciso ter controle sobre a execução dos serviços. É preciso participar das decisões que afetam a saúde da população. Em outras palavras, é preciso conquistar uma parcela de poder", diz um dos

membros do Conselho de São Mateus.

Aproveitando uma brecha na legislação da Secretaria da Saúde que previa a existência de conselhos junto a cada Centro de Saúde — a população resolveu eleger os seus conselheiros. Mas não da forma que estava na cabeça dos legisladores da Secretaria (uma representação de notáveis da comunidade — o juiz, o delegado, o membro do Rotary) e sim entre os usuários do Centro de Saúde e de forma realmente representativa.

A eleição foi precedida de uma intensa mobilização: reuniões, debates, grupos que

percorriam as feiras, as ruas, as praças, explicando o que significava o conselho e quem deveria ser indicado.

O resultado foi esse: 95.000 pessoas participando da eleição. A posse conjunta, cujo 1.º aniversário se festeja a 15 de novembro, foi uma demonstração da força dessa mobilização.

Os regimentos

Realizada a eleição, começou a luta pelo reconhecimento dos conselheiros pela Secretaria da Saúde. Vários obstáculos burocráticos foram levantados pela cúpula da Secretaria, assustada com a grandeza da mobilização popular.

Finalmente, a 17 de dezembro de 1981, o "Diário Oficial do Estado" publicava a designação dos conselheiros pelo então secretário Adib Jatene.

Daí para cá vem se desenvolvendo outra luta: a da aprovação dos regimentos internos que, de acordo com a norma legal vigente, devem ser elaborados pelos próprios conselhos e referendados pelo secretário da Saúde.

Essa luta pode ser assim resumida: a população tentando transformar os conselhos num instrumento real de controle popular e a Secretaria da Saúde tentando subverter o processo de forma a que os conselhos passem a ser instrumentos de controle da Secretaria sobre a população. O momento atual é, assim, de impasse.

Funcionamento

O funcionamento dos conselhos — embora prejudicado pela situação de conflito com a Secretaria, em relação aos regimentos internos — vem se fazendo de forma animadora, propiciando a existência de um canal formal de representação da população, de encaminhamento de suas reivindicações e de controle sobre o funcionamento dos serviços.

Em alguns lugares foi conseguido um excelente relacionamento com os funcionários dos Centros de Saúde, aumentando consideravelmente a potência de luta por melhor atendimento da população.

O resultado mais animador para o movimento de saúde da área, porém, é o fato de que a eleição dos conselhos representou um reforço e não a desmobilização das comissões de saúde, da qual participa toda a população do bairro. São elas que garantem o respaldo popular, indispensável para dar legitimidade e força de pressão para a atuação dos conselhos.

Moradores protestam contra o coronel

Secretário da "Família e Bem-Estar" maltrata até funcionários

27.10.82, para onde se dirigiram com o objetivo de dialogar com o atual secretário da Família e do Bem-Estar Social, cel. José Ávila da Rocha, em busca da solução efetiva para o problema dos desalojados do Jardim São Paulo, agravado pela intervenção direta do coronel no abrigo provisório onde se encontram precariamente instalados há cerca de um mês.

"Essa intervenção se deu em 2 níveis: afastamento injustificado da supervisora Ana Maria Azevedo, da Fabes Regional Itaquera (Guaianazes), do encaminhamento dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos junto à população do abrigo provisório, a transferência arbitrária da técnica Isabel Leopoldina da Luz, para a Fabes Regional da Freguesia do Ó.

"Para a população atingida, a permanência dessas profissionais significa a certeza da continuidade do trabalho já iniciado, visando atendimento de suas reivindicações.

"A resposta obtida, entretanto, demonstra claramente a insensibilidade e incapacidade do coronel no trato com as questões sociais pertinentes à sua Secretaria:

"Logo após a chegada da comitiva à sede da Fabes, por volta das 10 h. da manhã, além de não serem recebidos pelo coronel, sob a alegação de que forçaram a entrada, iniciou-se o esquema de intimidação, através da ameaça de utilização de força policial.

"A seguir, após contactar com o Deops e Degran, o

coronel ordenou que todas as portas da Secretaria fossem fechadas, retendo cerca de 200 pessoas no seu interior, inclusive crianças.

"Simultaneamente, cercaram o prédio aproximadamente 20 viaturas (8 da PM, 1 da Rota, 1 do Deops e 1 do Degran, além de 1 Veraneio sem chapa, ocupada pela Polícia Civil). Esses policiais vigiaram continuamente as pessoas que estavam dentro e fora do prédio, controlando até mesmo o uso do banheiro.

"O coronel estabeleceu a técnica do impasse, na medida em que usou da intimidação, recusando-se a dialogar, e submetendo as pessoas presentes a uma longa e infrutífera espera, sujeitas a toda sorte de privações e descasos.

"Durante todo o tempo, procurou desvirtuar o verdadeiro objetivo da presença das pessoas ali, chamando-as de baderneiras e agitadoras profissionais, distorcendo o trabalho dos técnicos da Secretaria, sob a alegação de manipulação do povo.

"Condenamos mais esta atitude deplorável do secretário, que vem engrossar o elenco de medidas arbitrárias que vêm sendo adotadas, com o intuito claro de desmobilizar a crescente organização dos movimentos populares, e tentando transformar os técnicos em meros legitimadores do poder vigente.

"Repudiamos, portanto, o uso do arbítrio que vem norteando a atuação do coronel secretário, todas as entidades

democráticas, movimentos e organizações populares sentem-se atingidos e ameaçados.

"Pelo direito à terra e à moradia digna para os desalojados do Jardim São Paulo e para todos os trabalhadores. Pela solução concreta e eficaz para o problema das favelas. Todo apoio aos profissionais ameaçados e aos representantes dos movimentos populares. São Paulo, 28 de Outubro de 1982. Assinam este documento as seguintes entidades: Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Departamento Jurídico "22 de Agosto" PUC-SP; Centro de Defesa dos Direitos Humanos de São Miguel; COR — Centro de Defesa dos Direitos Humanos D. Oscar Romero; Pastoral dos Direitos Humanos da Zona Leste; Pastoral Operária e comunidade de Vila Arapuá; Pastoral de Favelas — Região Ipiranga; Pastoral Operária de São Mateus; Centro Pastoral Vergueiro; Centro Social Bom Jesus de Cangaíba; Movimento de Saúde de São Mateus; GASC — Grupo de Assistentes Sociais Cristão; APSESP — Associação Profissional dos Sociólogos do Estado de S. Paulo; APASSP — Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo; Associação dos Sociólogos do Brasil; Associação dos Funcionários Públicos do Ipen; Sindicato dos Médicos de São Paulo; Conselho de Saúde de São Mateus; Federação dos Servidores Públicos de São Paulo; União Nacional dos Servidores Públicos de São Paulo; Sindicato dos Metroviários.



Nossa Vez

Internacional

A Secretaria de Relações Internacionais do Diretório Nacional do PT, enviou, no dia 27 de outubro, aos membros do DN e aos Diretórios Regionais, a circular 03/80, assinada por Luis Eduardo Greenhalgh.

O texto da circular é o seguinte:

"Companheiros, o PT é um partido em construção, ainda heterogêneo, muitas vezes indefinido em questões políticas e de funcionamento orgânico. Esta situação, que pelo esforço conjunto vamos pacientemente superando, permite certas ambiguidades e confusões entre o que é uma posição do PT e uma posição de militantes ou de correntes dentro do PT.

"No que concerne à ação da Secretaria de Relações Internacionais, alguns problemas têm-se repetido (como no caso das Malvinas, da Polônia e da Palestina) que exigem uma solução definitiva. Dois tipos de comportamento nos parecem prejudiciais à construção de uma posição e ação partidárias em questões internacionais. 1) De um lado, o desrespeito ao conjunto de militantes e dirigentes, implícito a cada vez que alguém — militante ou corrente de militantes — afirma suas próprias posições como se fossem as do Partido; 2) De outro lado, tendências do PT tomando iniciativas externas ao Partido e buscando depois arrastar o apoio oficial para suas ações já praticadas e/ou pré-determinadas. nos parecia mais correto se estas correntes buscassem fortalecer o PT e não eles próprios em primeiro lugar, é que as iniciativas sejam tomadas dentro do Partido, pelos seus canais de representação e expressão externa.

"É no sentido de eliminar qualquer ambigüidade em relação ao funcionamento do PT em questões internacionais que a Secretaria de Relações Internacionais estabele-

ce: "1) São posições do PT em questões internacionais aquelas expressas por seus organismos de representação nacional, democraticamente escolhidos pelo conjunto de militantes em suas convenções. A Secretaria de Relações Internacionais, nomeada pela Comissão Executiva Nacional do PT, responde perante esta instância pela política internacional do Partido.

"2) Toda iniciativa dos militantes do PT em questões internacionais deverá passar por um dos centros da Secretaria de Relações Internacionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília) que buscará integrar em seus subgrupos todos aqueles interessados em atividades dirigidas aos problemas internacionais. São Paulo: Luis Eduardo Greenhalgh e Maria Helena Moreira Alves. Rio de Janeiro: José Eudes e Jean Marc von der Weid. Brasília: João Baptista Salles Vanni.

"3) As iniciativas individuais de militantes em seu próprio nome ou de sua corrente — externas ao PT — não contarão com respaldo oficial do Partido, que zelará por desenvolver sua própria política e seus próprios instrumentos de ação."

Sindical

A Secretaria Sindical do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, coordenada por David de Moraes, organizou a realização, no próximo dia 18 de novembro às 19 horas, na sede da Associação dos Servidores Públicos do Hospital das Clínicas, rua Teodoro Sampaio, 305, de uma reunião de todos os filiados do PT que sejam delegados (membros de direções sindicais e eleitos pela base) ao III Enclat paulista, que se inicia no dia seguinte e prossegue nos dias 20 e 21.

O objetivo da reunião é examinar a pauta do III Enclat e discutir as posições dos delegados petistas no Encontro.

A Comissão Sindical também recomenda aos sindicalistas petistas que se empenhem na realização de assembleias ou reuniões de suas categorias profissionais e que se elejam delegados de base ao III Enclat.

Comícios finais desta campanha

A importância da boca de urna

Um comício-monstro — para o qual o Comitê Eleitoral Unificado espera mais de cinquenta mil pessoas — deverá encerrar a campanha unitária do Partido dos Trabalhadores em São Paulo.

O comício será realizado no dia 7 de novembro, domingo, na praça Charles Miller, que fica diante do Estádio Municipal do Pacaembu.

A festa começa às 15 horas, e haverá barracas, distribuição e venda de material do PT, comes e bebes, música, violões, capoeira, etc.

Às 17 horas começam os discursos políticos, nos quais falarão apenas os candidatos majoritários.

Participação

Mas, durante todo o tempo, os participantes do comício terão uma novidade: eles votarão — em urnas espalhadas pela praça — para decidir quais os três projetos de lei prioritários que o governador Lula deverá enviar à Assembleia Legislativa em primeiro lugar.

Essa votação constituirá um exemplo e uma amostra da proposta petista de participação efetiva dos trabalhadores nas decisões governamentais.

A apuração dessa votação — que ficará a cargo de uma equipe especializada — será comunicada antes do último discurso político.

Os preparativos para esse comício foram intensos nas últimas semanas. Os diretórios municipais e distritais foram convocados para realizarem a propaganda e a organização, e deverão levar ao Pacaembu, das cidades e dos bairros, o maior número possível de participantes. No dia 5 está marcado um mutirão de panfletagem que vai cobrir toda a cidade.

Depois do comício do dia 7, ainda serão realizados comícios finais localizados, bem como passeatas e concentrações, entre os dias 10, 11 e 12, principalmente na Grande São Paulo e nas cidades mais importantes do Estado.

Virada

Os comícios e as passeatas fazem parte da estratégia planejada para as duas últimas semanas antes das eleições, e que compreende três itens: "ocupação de São Paulo" — com a permanente discussão política em vários pontos da cidade, feita por candidatos proporcionais; "conquista do Interior" — com a visita a mais de 110 cidades de alta densidade eleitoral, visitas distribuídas pelos candidatos majoritários; "escalada da Grande São Paulo" — com as concentrações em portas de fábricas, panfletagens, passeatas e comícios nas zonas mais operárias do Estado.

Essa estratégia foi determinada pelo Comitê Eleitoral Unificado do PT paulista nas últimas semanas de outubro, quando as avaliações estatísticas e políticas feitas pelos candidatos, pelos Comitês Eleitorais e pelos militantes do Partido permitiram constatar que Lula já ultrapassava folgado o candidato do PDS e tem plenas condições de disputar o 1º lugar com o candidato do PMDB.

Outros Estados

Em praticamente todos os outros Estados, a semana de 7 a 12 de novembro estará marcada pela realização de grandes festas-comícios nas principais cidades.

Belo Horizonte, Rio, Porto Alegre, Salvador, Manaus e Vitória já marcaram as datas e estão envidando todos os esforços para que essas concentrações finais de campanha demonstrem a crescente pujança política e eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

A preparação de comícios e passeatas tem sido intensificada, também, pelo incremento de outras e variadas formas de propaganda. Folhetos, volantes, cartazes, faixas, e, principalmente, milhões de modelos de cédulas com os candidatos

majoritários do PT estão sendo distribuídos por todo o País.

Competência

A intensificação da propaganda também se verificou com as fitas destinadas à propaganda gratuita pelo Rádio e pela TV, obrigada pela famigerada Lei do Cão, como os petistas chamam a Lei Falcão.

Em São Paulo, causou o maior impacto na opinião pública — inclusive nas assessorias de outros partidos — a nova fita, que complementa a original, com fotografias e currículos dos candidatos proporcionais.

A nova fita — uma clara demonstração de competência dos trabalhadores — traz cenas dos candidatos majoritários no comício inicial da campanha — o famoso comício de 21 de abril, no Largo Treze de Maio — com dizeres contundentes sobre a participação política dos trabalhadores e o lema "Trabalho, Terra e Liberdade".

Em alguns Estados não houve possibilidade de substituição ou complemento das fitas da Lei do Cão, mas a propaganda de rua sanou as falhas e insuficiências da propaganda pela TV.

Também em São Paulo, os espetáculos realizados para angariar finanças para a campanha, o leilão de quadros, o baile do Clube das Bandeiras e o jogo de futebol e show no Ginásio do Corinthians, foram absoluto sucesso de público.

Boca de urna

Nem a corrupção e a violência do regime (ver matéria nesta página e na última) conseguem diminuir o ânimo dos candidatos, militantes e simpatizantes do PT em todo o País.

Em todas as cidades em que o PT tem candidatos, já está sendo organizado o trabalho de boca de urna. Os Comitês Eleitorais do PT estão dando a maior importância à organização mais extensa e completa possível do trabalho de boca de urna tendo em vista três características fundamentais:

1) os demais partidos, na maior parte dos casos, só contam com trabalho contratado e remunerado (mal) para a boca de urna, e, sabidamente, esse tipo de serviço, feito dessa maneira, não dá resultados eleitorais; enquanto no PT esse trabalho é feito por militantes, com entusiasmo e consciência;

2) — embora — ao contrário do que pretendia o regime — a votação, em todo o País, seja puxada pelos candidatos majoritários, muitos eleitores ainda não tem escolha definida por candidatos proporcionais, e hesitações ou erros nessa votação podem levar a anular as cédulas, ou a deixar espaços em branco que poderão ser adulterados fraudulentamente; 3) — há ainda grande número de indecisos em relação ao próprio partido no qual devem votar, em todos os Estados, e um bom trabalho de boca de urna pode aumentar consideravelmente a votação do PT, ampliando de forma significativa as bancadas petistas e a força política do Partido dos Trabalhadores.

Somente em São Paulo, o trabalho de boca de urna está mobilizando mais de três mil militantes. Mas, em São Paulo, e nos demais lugares, quanto mais militantes e simpatizantes se dispuserem a inscrever-se na organização da boca de urna, maiores serão as chances do PT.



Estrelas do PT, grande sucesso (Foto: Ruy Teixeira)

Violência contra os candidatos petistas

Tiros, atentados e repressão em toda parte

Duas mortes e pelo menos dois atentados a tiros, feitos por candidatos do PDS e seus cabos eleitorais, marcaram a campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores no Estado do Rio, na sexta-feira, dia 29 de outubro. O primeiro atentado ocorreu de madrugada, em Piabetá, distrito de Magé, quando foi assassinado com cinco tiros o militante do PT Bênis Oliveira Neves. O crime foi em sua casa, ao lado do bar de sua propriedade, o Bambu's Bar.

Ainda de madrugada, vários ativistas do PT, trabalhando na campanha do candidato a deputado estadual Eurico Natal, em Caxias, foram cercados por cabos eleitorais, bicheiros e policiais à paisana, de candidatos do PDS, que "limpavam a área" para a chegada do candidato a governador daquele partido durante o dia. Pela manhã, em Angra dos Reis, o candidato a vereador, pelo PT, Otacilio de Oliveira, camponês e membro da Pastoral da Terra, foi esmagado por um ônibus da linha Rio-Magé, quando trafegava em sua bicicleta, em plena campanha.

Capangas

À tarde, em Barra Mansa, mais de dois mil populares caminhavam em passeata até a sede do INPS local, onde pretendiam entregar abaixo-assinado com mais de 5.700 assinaturas, denunciando desvio de verbas e corrupção no credenciamento e credenciamento de unidades médicas, em favor do candidato à Prefeitura local pelo PDS, quando foram atacados a tiros pelos capangas e cabos eleitorais daquele candidato. Os manifestantes se refugiaram na Igreja da Matriz.

Felix Nader, candidato do PDS, é ex-prefeito de Barra Mansa, proprietário do único canal de televisão local e da única faculdade do Município e agora tenta retornar à Prefeitura com esses métodos. A perseguição aos manifestantes começou quando já próximos ao posto do INPS os cabos eleitorais de Nader, atirando para o ar, ameaçaram invadir as casas comerciais como se fossem manifestantes.

A passeata tomou outro caminho, sendo encerrada na Igreja da Matriz, que pouco depois foi invadida pelos capangas de Nader, de arma em punho. Atendendo a pedido da candidata a deputado estadual pelo PT, Marlene Fernandes, os manifestantes se retiraram pacificamente para suas casas. Mais tarde, Nader divulgou no noticiário de sua TV ter ocorrido incidente na Igreja da Matriz, com os padres expulsando fiéis, para se reunir com grupos subversivos.

Assassinato

Em Magé, Bênis foi assassinado, segundo sua esposa e mãe de seu filho de três anos, às três horas da madrugada. O bar já estava fechado, quando dois indivíduos o invadiram, chegando até a casa. Muito nervosos, os invasores mandaram que a mulher ficasse na cama junto com a criança. Houve uma discussão e Bênis disse que eles estavam enganados. A resposta foram seis tiros. Cinco acertaram seu corpo.

Minutos depois, a rádio colocava no ar noticiário dizendo ter sido morto, há poucos instantes, em Piabetá, "o mais perigoso traficante de tóxicos de Magé". A "eficiência" da Rádio Globo foi maior que a da polícia, que só chegou ao local horas depois. Mas foi suficiente para irradiar a calúnia pela imprensa comprometida: o jornal "O Dia", do governador Chagas Freitas (PMDB) sustentou a "notícia" da Globo, numa tentativa evidente de desmoralizar e desacreditar o trabalho político de Bênis, cujo bar era sede do comitê eleitoral dos candidatos do PT na região.

"Bênis era muito querido, principalmente pelos jovens de Piabetá, que vinham sempre



Bênis, assassinado em Magé

ao bar para conversar política, e, agora, sobre a campanha do Partido dos Trabalhadores, do qual era membro, desde que foi criado aqui" — contou Maria do Socorro, sua esposa e companheira. Ao enterro, mesmo tendo sido em Niterói (outro Município), a pedido dos pais, compareceram mais de 500 amigos.

Em nota oficial, a direção regional do PT do Rio lamentou o assassinato do companheiro, militante do PT, repudiou o ato de violência e condenou as notícias veiculadas pela imprensa falada e escrita de que o Bambu's Bar era um antro de marginalidade.

"O PT exige uma rigorosa apuração dos fatos e lutará com todas as suas forças para que os assassinos sejam devidamente punidos" — conclui a nota.

Detidos

Na tarde de domingo (31/10), foram detidos pela polícia militar do Estado os candidatos do PT a deputado estadual, Roberto Martins, e a vereador, Antônio de Oliveira, na Rocinha, a maior favela do Estado, quando distribuíam material de sua campanha eleitoral. Depois de muita dúvida (veio o cabo e terminou com o coronel-comandante, que chegou de short, em seu Puma particular) os candidatos foram enviados ao DPSS, onde prestaram depoimento e foram liberados.

A prisão, um vergonhoso desrespeito ao Código Eleitoral em vigor, que impede que qualquer candidato seja "detido" ou preso a não ser em flagrante delito, 15 dias antes do pleito, foi atribuída ao fato de estarem os candidatos distribuindo "material ofensivo à corporação da PM".

O material, distribuído pelos candidatos e outros ativistas do PT, em diversas localidades, reproduz fotografia do "Jornal do Brasil", publicada na primeira página mostrando homens acorrentados pela PM, durante batida policial e é "contra a violência policial nas favelas e a discriminação racial".

Joinville

No último dia 28 de outubro, quinta-feira, às 18 horas e 20 minutos, o advogado trabalhista, professor universitário e candidato a vice-prefeito pelo PT de Joinville (Santa Catarina), Osvaldo Miqueluzzi, quando estacionava seu carro em frente ao prédio onde mora, na zona Sul da cidade, teve seu carro atingido por seis balas.

Nenhum dos seis tiros desferidos pelo motoqueiro agressor atvejou o candidato do PT, mas uma das balas — possivelmente de um revólver calibre 38 — se alojou no encosto da poltrona dianteira, perfurando a lataria do veículo.

"A perplexidade era tamanha" — contou Osvaldo — "que só compreendi o que de fato tinha acontecido quando

o motorista já havia dado os seis tiros. Foi então que eu o vi à minha frente, contemplando o que fizera para, em seguida, fugir em alta velocidade", relatou o advogado.

Descaso

Em seguida, o candidato do PT telefonou para a autoridade policial, informando o que ocorrera e solicitando imediatas providências. A resposta do delegado foi lacônica e desanimadora: — "Venha para cá e registre queixa formalmente. Não posso deslocar ninguém agora, para o local. É a pericia no carro, para saber o tipo de bala, só é feita em Florianópolis. Joinville não tem perito."

Muito tempo depois, o delegado apareceu no local e tomou anotações.

Ato público

A Comissão Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores, de Joinville, convocou a população joinvilense para um ato público contra a violência política em desagravo ao atentado sofrido pelo seu candidato a vice-prefeito, Osvaldo Miqueluzzi.

O ato público, realizado na Praça da Bandeira, no coração da cidade, às 18 horas do dia 29 de outubro, teve, além do PT, a presença de várias entidades, como a Associação de Moradores da Boa Vista, Centro de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Central Pastoral Operária, Associação Joinvilense de Imprensa e Radiodifusão, União Catarinense dos Estudantes e representante de um partido político, o PMDB.

A tônica dos discursos, na ocasião, foi o decidido sentimento de que "a covardia do terrorismo terá na nossa coragem de lutar a favor do pobre, do oprimido, do injustiçado, a resposta adequada", como disse Miqueluzzi. "Pois aqueles que nos querem intimidar e querem prejudicar o trabalho de organização popular responderemos com redobrado esforço em prol da causa da justiça e da liberdade".

Até agora nada de concreto foi apurado e mais este atentado ainda continua impune.

Também em Santa Catarina, no final da noite do mesmo dia 28 de outubro, o candidato a vice-prefeito pelo PMDB de Porto Belo teve o parabrisa do seu carro estilhaçado por uma série de tiros, saindo ileso.

Abalroado

Em São Paulo, o candidato do PT a vereador, Vinicius Caldeira Brant, teve abalroado o carro em que viajava, na campanha eleitoral. Um caminhão "fechou" o carro, e, se não fosse a pericia do motorista do PT, os passageiros — Vinicius e companheiros — poderiam ter sido mortos.

O pior é que, aí também, as autoridades policiais não registraram queixa, mandando os petistas de uma delegacia a outra, e teimaram em fazer exame de dosagem alcoólica no candidato e nos demais passageiros.

Jorge Amado diz que votaria PT

Ele é contra a vinculação

Yvone C. Olivier

PARIS -- O escritor brasileiro Jorge Amado, fora do Brasil já há mais de um ano com a finalidade de "escrever um novo romance", mora, agora, em Lisboa. Lá, ele trabalha, não recebe ninguém, ("recebo só na Bahia", diz). Ele pretende estar de volta ao Brasil a partir de dezembro.

No dia 14 de outubro ele e Zélia, sua mulher, estiveram em Paris, respondendo ao convite do Centro Pompidou, que comemorava, dessa forma, os 50 anos de trabalho do autor. "O País do Carnaval", seu primeiro livro, foi escrito em 1931 aos 19 anos. Depois disso, mais de 30 livros seus foram publicados.

Confiança

Jorge Amado, que se diz "escritor dos vagabundos e das prostitutas", gosta de provocar. Contudo, diante da assembléia numerosa, cúmplice do escritor, que reclamava contra a exiguidade modesta da sala, o velho "Capitão de Areia" respondeu às perguntas em francês, fazendo humor e mesmo com uma certa sensualidade, qualidades que se fazem raras aqui na França. Estudantes africanos, mas também "brasileiros de Paris", queriam saber como é que o Brasil tratava a questão de preconceitos raciais. Um deles maravilhou-se de o escritor não ser preto, outro queria saber como ele se situava com relação ao "tropicalismo".

Ele cantou a Bahia, seu território de criação literária preferencial, "cidade única, mágica na sua imensa miséria". Foi lá, disse, que começou a história do Brasil, sua saga de massacres de índios, mas também de mistura racial e de luta do negro contra a escravidão. Essa Bahia do Candomblé, o sertão, seus camponeses que ele ama, mas também os cangaceiros, a região do cacau e o latifúndio com suas misérias e seus dramas, que ele combate.

Ele disse do novo romance que está escrevendo, que deverá se chamar "A Face Obscura". Nesse livro, ele conta suas lembranças de infância. Foi na região do cacau, no começo do século, "em que se lutava pela posse da terra". Ai nasceu uma cidade onde ele, por sua vez, nasceu. A história conta, também, como personagens célebres, a quem se erigem estátuas de fundadores, conseguiram recuperar o trabalho de construção da cidade feito por tra-

balhadores, mas também por bandidos e prostitutas.

É que Jorge Amado luta por uma idéia, sua constante, que é a "confiança no homem e no seu futuro". Escrever, nessa situação, torna-se importante "para que amanhã nossa realidade possa ser menos terrível, mais bela, na esperança de que haja comida para todos, que as crianças não sejam mais abandonadas na rua, para que amanhã os valores da cultura possam ser de todos".

Contra vinculação

No dia seguinte, disse: "É preciso votar no PT"; respondendo às perguntas da jornalista, Jorge Amado declarou:

"Eu voto na Bahia. Desta vez não vou votar porque não estarei lá.

"A minha posição é a seguinte: enquanto o Chico Buarque tomou posição ao lado de Miro do PMDB, e que Darci Ribeiro até é mesmo candidato ao lado de Brizola, eu, mais de uma vez protestei contra a vinculação dos votos. Acho que a obrigação de votar nos candidatos de um só partido é uma violência brutal contra o eleitor. No Brasil não existem propriamente partidos, são frentes eleitorais, mas o brasileiro gosta de escolher à sua vontade. Assim, por exemplo, se no Rio você quisesse votar para Brizola para governador, e em Artur da Távola para senador, não poderia.

"Eu não tomei posição ao lado deste ou daquele partido, tomei, sim, posição ao lado de candidatos, para poder manter o meu protesto contra a vinculação de votos que foi um casuismo do Governo para poder retirar votos da oposição. Agora, esses candidatos para os quais vai a minha simpatia são de partidos diferentes.

"Se eu tivesse que votar no Brasil, se eu estivesse de volta, votaria no Partido dos Trabalhadores, dado esse casuismo, para garantir a esse partido sua existência legal. Para que ele exista legalmente, ele precisa ter um certo número de votos em determinado número de Estados. Então eu terminaria por votar no Partido dos Trabalhadores, fosse qual fosse o candidato por eles apontado, porque esse partido me parece uma coisa importante e nova na vida partidária brasileira, na vida política brasileira."

Como nos tempos de Canudos

Na periferia, o Teatro Arueira conta os dramas dos trabalhadores

Paulo José Moraes

Domingo, 19 horas. A Igreja São Marcos, no bairro de Parque São Rafael, na periferia de São Paulo, está cheia como sempre. Ao final da missa, antes da bênção final, o vigário avisa que a seguir haverá uma apresentação gratuita de uma peça de teatro. E que deveriam todos ficar, pois trata-se de um espetáculo muito importante nos dias de hoje. O padre estava anunciando o Grupo de Teatro Arueira, apresentando a peça "Canudos 82".

São dez atores: José Augusto (sanitarista), Didi (inspetor de qualidade), Regina (auxiliar de contabilidade), Wilma (bancária), Ganso (inspetor de qualidade), Jucileide (modeladora), Rômulo (atendente), Célio (pedreiro), Geni (bancária) e Jacaré (1/2 oficial de torneiro).

Na greve

O grupo surgiu durante a greve de 1980, no bairro de Aricanduva. E aconteceu com a função de organizar e discutir os problemas dos bairros de onde vinham os atores, ou seja, Iguatemi, Nove de Julho, Baixada, Parque do Carmo, Tietê.

O texto escolhido era o de uma peça já montada no Nordeste, com algumas adap-

tações regionais, criado originalmente por José Augusto, e adaptado por todo o grupo. As apresentações sempre são feitas em prol de lutas populares, pela água, pelos terrenos clandestinos, pelos sindicatos. Uma coisa que é bem clara: a consciência política nos objetivos, desde o início.

Não existem recursos, e por isso, o grupo continua muito parecido com a maneira que começou, sem uma música mais elaborada através de um sistema de som, ou com poucas peças de vestuário. Afinal, sempre o dinheiro arrecadado vai, na maior parte, para os movimentos que promoveram a peça. Mas, apesar das dificuldades, não abrem mão de sua crítica, e só se apresentam fazendo esse trabalho de conscientização popular. A primeira apresentação foi há quase dois anos, na Igreja São José, brigando junto com as lutas por asfalto, saúde e terrenos clandestinos, e de lá para cá apresentam-se cerca de três vezes por mês. O teatro serve mesmo para fortalecer a luta política. Não é por coincidência que os dez integrantes são do PT.

A peça

O texto mostra Canudos, tão conhecido dos inúmeros



O grupo teatral nasceu nas campanhas e lutas populares

nordestinos que vêm de sua terra e ficam pé pelas periferias paulistanas. O conflito da terra, onde o indivíduo é explorado pelo dono. E aí vem um canto fortíssimo que faz parte da peça: "um povo que tanto sofre sem terra, ou chora, ou luta, ou se engana com tudo que a coisa tá feia." As músicas cantadas são de Vandré, João do Vale, e algumas do grupo mesmo ou de compositores lá do Norte.

É mostrada a questão da exploração, e aí surge a figura de Antônio Conselheiro, que larga o trabalho "de meia" para organizar seu povo. Isso gera a reação dos coronéis contra a luta popular.

Nessa hora, os atores mostram sua idéia de por que é Canudos 82. Os coronéis repressores têm nomes como Saulo Baluf e outros que lembram os atuais exploradores e opressores.

O Governo Federal vem para derrubar Canudos, que não vai render-se. Quando cai Canudos, tem só 4 pessoas, um velho, uma criança. Fica a lição. Hoje, ainda oprimidos, não vamos nos entregar. A luta continua.

Discussão

Para isso poder acontecer, o grupo estuda. Atualmente estão lendo "A estória social de Canudos", de Eduardo Muniz, mas já passaram por "Cangaceiros e fanáticos", do Rui

Facó, e "Os Sertões", de Euclides da Cunha. Um sinal da luta continuada, que não pára nas eleições, é que na agenda do grupo já tem apresentação marcada para o dia 4 de dezembro, com a posterior discussão política. Isso, aliás, é rotina das apresentações, pois o que importa é que a mensagem seja discutida mesmo.

Ao final, a platéia aplaude entusiasticamente. Fica claro que o teatro tem vários caminhos, e este passa pelo povo. Afinal, estamos na oprimida região de São Mateus, onde não existe um "cursinho" para preparar os que terminam o segundo grau para o competitivo e desigual vestibular. E, so quem tem carro, ou quem não trabalha, é que poderá continuar estudando. Os demais, nem que queiram, pois depois de uma certa hora, já não tem mais ônibus, e quem trabalhar de dia, terá que voltar pra casa.

Acabou a peça. Findou a discussão. Na casa paroquial é servido um café com maria-mole e bolacha aos atores. Alguns vão pegar uma "carona pra ir para suas casas, descansar um pouco, que amanhã já tem batente de novo".

Uma senhora, nordestina, enxugando os olhos, chega e conta da emoção que passou. Seus pais, avós. Ihe contavam de Canudos. A linguagem do grupo é a sua tão familiar. A luta continua a mesma.



A população gosta porque se identifica com a trama

POESIA

O Partido Sem Patrão

Dos partidos de patrão
A Bahia já tem dois.
Um que tá comendo agora
Outro espera pra depois.

Mas aqui nesta cidade
Eles tão comendo junto
Só bnga se sobra pouco
Pro outro que come muito.

Governador e prefeito
Um come lá outro cá
Se um lá come dum jeito
Outro cá um jeito dá.

Toda essa comilança
Dá no pobre muito espanto
Pois não sabe como a pança
Dos ricos cabe tanto.

E fica o pobre operário
Trabalhando sem ter fim
E o patrão usário
comendo que nem cupim.

Mas, porém falei errado
Tem pra nós outro partido
É aquele que só fala
Pro pobre ficar unido.

Unido no sindicato
Unido lá no batente
Pra defender o direito
De nós e de toda gente.

O Partido dessa fala
É o partido sem patrão
Pobre lá fica na sala
E vai o rico pro fogão.

Se você está sozinho
O patrão te pisa o pé
Mas se tu juntar com cem
É ele que dá no pé.

Aqui pra nós acredite
Que esse aí tem razão
Se todos os pobres se ajunta
Deruba qualquer patrão.

Nós somos um, somos dez
Nós somos cem, somos mil
Pisando o patrão com os pés
Não fica patrão no Brasil.

E nessa andada de nós
Vamos falando pra todos
Que a terra, que o pão, que o céu
Tudo de Deus é de todos.

PASSATEMPO

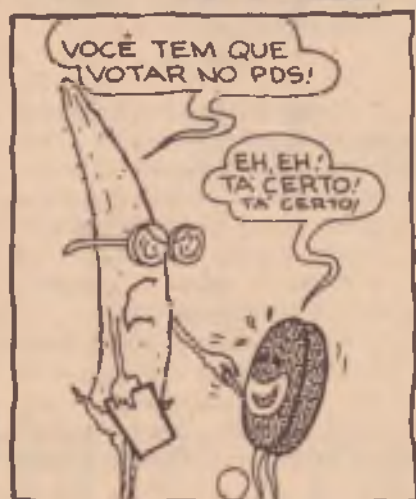
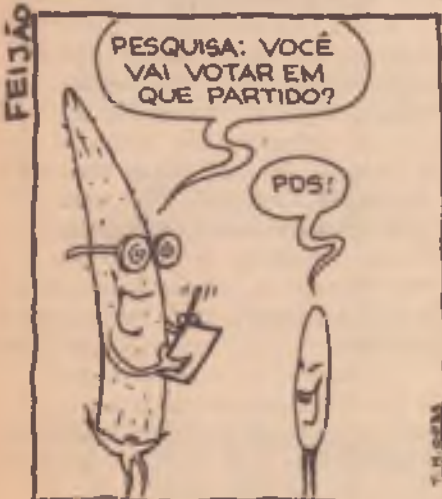
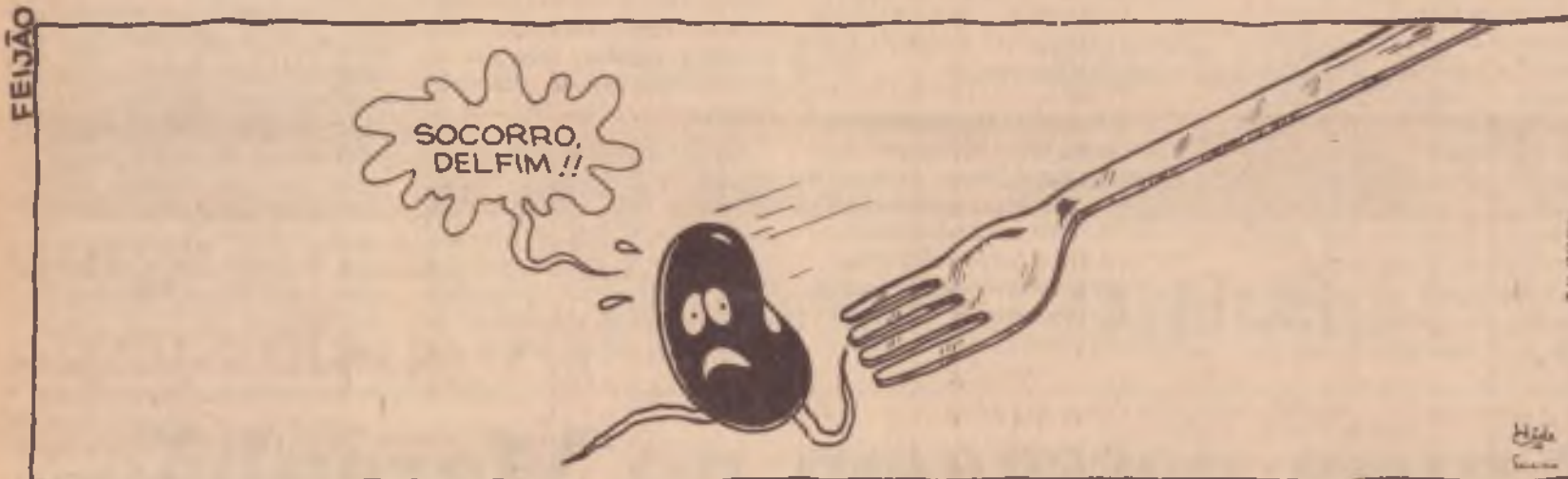
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11						*			15
14					*			16	
17		13		18					
19	20	*	*	21				*	*
22		23	*	24			*	25	26
27	*		28				*	29	
31				*	*	32		*	33
35				35	36		*	37	
	*	38					*	39	*
40		*							*

Horizontais

1 - Quando se juntam candidatos de vários partidos para discutir plataformas de Governo. O Reynaldo de Barros sempre se sai mal, nessas ocasiões. 7 - Ramo fino e flexível. 11 - Objeto alto e alongado; monumento quadrangular. 13 - Elemento composto usado na nomenclatura de partículas elementares. 14 - Revolta, tumulto, rebelião. 15 - Pra lá de boa... 17 - Todo mundo tem direito a uma decente. 19 - A parte mais dura da madeira. 21 - Ará, araraúna. 22 - Cada uma das divisões de cada tribo ateniense antiga. 24 - A casa de habitação (figurativo). 25 - Acusado. 28 - Ler novamente encarregado da limpeza pública. 32 - Cabelo branco. 33 - Sigla: Alagoas. 34 - Solitário, pessoa que vive no ermo. 37 - Olá. 38 - Conseguir, ganhar. 39 - Instrumento usado em trabalhos agrícolas. 40 - Cumprimento (gíria). 41 - Tocar boiada. 42 - Torna-se volumoso, inchar

Verticais

1 - Jogo em que jogam dois, três ou quatro parceiros e que é formado por 28 peças. 2 - Comida feita de milho e azeitão-de-dendê, oferenda. 3 - Diminutivo de nome de mulher, em inglês. 4 - Fêmea do elefante em Ceilão. 5 - Império, atabal. 6 - Espírito Santo, sigla. 7 - Aquilo que o brasileiro andava meio desacomodado de fazer, principalmente para governador. 8 - Primeira letra do alfabeto.



Uma campanha violenta e corrupta

O deputado Eduardo Suplicy, do PT, encaminhou um pedido de reconsideração ao Tribunal Regional Eleitoral, da decisão de não acatar representação que tinha sido encaminhada contra o ex-governador Paulo Maluf. Na representação Suplicy acusava Maluf de estar gastando na campanha eleitoral além dos limites legais.

Suplicy contesta a decisão do TRE citando o Código Eleitoral, lembrando que "os crimes eleitorais são de ação pública, o que significa que qualquer denúncia deve ser encaminhada ao Ministério Público, para que o mesmo investigue o denunciado e tome as medidas cabíveis".

Outras denúncias

Suplicy recorreu também a outros casos de denúncia para pedir a reconsideração pelo TRE. Lembrou a denúncia de utilização de combustíveis da Prefeitura por carros contendo a propaganda eleitoral de candidatos do PDS. O deputado recordou ao Tribunal que o juiz da 1ª Zona Eleitoral encaminhou imediatamente ao Ministério Público a denúncia que recebeu no caso da gráfica da Secretaria Municipal de Habitação que imprimia propaganda do PDS, recomendando que seja requisitado o auxílio da Polícia Federal para a apuração dos fatos.

O despacho do TRE que o deputado pede reconsideração alegava que o caso do uso de combustível deveria ser tratado a nível administrativo pela Prefeitura e no tocante aos gastos de Maluf, afirmava que após o pleito será formada uma comissão interpartidária para examinar o assunto.

Dinheiro fácil

Em São Paulo, o Banespa tem oferecido créditos facilitados aos que se empenham na campanha do PDS, utilizando o dinheiro público para fins exclusivamente eleitorais, lesando o patrimônio do Estado. Altas somas, compreendendo milhões e milhões de cruzeiros, são emprestadas a título de favores, sendo que alguns desses empréstimos jamais chegam a ser pagos. Outros empréstimos são pagos sem nenhum juro ou correção monetária.

Gráficas

Um passo concreto para enquadrar judicialmente esses atos de corrupção foi a descoberta, no dia 24 de setembro, do uso ilegal da gráfica da Secretaria da Habitação (Sehab), em São Paulo, que imprimia propaganda dos candidatos do PDS Reynaldo de Barros, Ademir de Barros Filhos,

Paulo Salim Maluf e Elias Curiati. O material foi apreendido pela Polícia Federal e será anexado ao processo na Justiça.

Gasolina

O prefeito de São Paulo, Antônio Salim Curiati, que tem seu irmão envolvido no caso Sehab, é acusado de permitir o uso do posto de gasolina da Prefeitura para abastecimento de carros, com chapa fria, utilizados para transporte de material do PDS.

O uso de funcionários das empresas públicas na campanha do PDS é antigo. Funcionários da Sabesp, de hospitais que se encontram prejudicados por falta de pessoal, de funcionários e acomodações da Rede Oficial de Ensino são utilizados pelo partido do Governo. Muitos desses funcionários sofrem ameaças de demissão caso não colaborem com os candidatos do PDS. Luís Cláudio do Amaral, chefe do Departamento Operacional da Empresa Municipal de Organização (Emurb), nunca está em seu local de serviço, podendo ser diariamente encontrado no "almoxarifado" do PDS. Luís Cláudio é responsável pelo material de propaganda de Reynaldo de Barros, candidato do PDS ao Governo de São Paulo.

Agressões

Repórteres do Jornal "O Estado de São Paulo" confirmaram denúncias de que funcionários da Febem, unidade do Brás, em São Paulo, haviam pintado 350 faixas com propaganda de candidatos do PDS. Os repórteres fotografaram as faixas mas depois foram identificados. Os funcionários da segurança da Febem agrediram os repórteres e estragaram o filme. O inquérito policial foi aberto.

Senac

A utilização de duas gráficas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) foi também descoberta. O Senac de Araçatuba, no interior de São Paulo, instalou uma gráfica para imprimir propaganda de candidatos do PDS na região e do candidato ao Senado, Papa Júnior, seu ex-presidente. Um dia depois foi a vez do Senac da Avenida Tiradentes em São Paulo, denunciado pelo deputado Partido dos Trabalhadores, Eduardo Matarazzo Suplicy. No Senac Tiradentes já estava sendo preparada a retirada da propaganda de Reynaldo de Barros, Paulo Salim Maluf e Papa Júnior, entre outros. Suplicy denunciou também a compra de 15 automóveis Fiat, em agosto passado, pelo Senac, para a utilização na campanha eleitoral pelo partido do Governo, com combustível

A violência e a corrupção eleitorais — ao contrário do que querem fazer crer as autoridades — têm sido intensas nesta campanha eleitoral de 1982.

Elas atestam que ainda não vivemos numa democracia e que o próprio processo eleitoral é ainda principalmente controlado pelas classes dominantes, com pouco espaço para a livre manifestação dos trabalhadores e dos setores populares.

Sobre a violência policial contra os candidatos do Partido dos Trabalhadores há relato na página 6; também na página 3, o assassinato do deputado Heitor Alencar Furtado.

Nesta página algumas das denúncias de corrupção.



também pago pelo Senac. O deputado petista afirma:

"Os candidatos do PDS se estão utilizando de recursos que deveriam beneficiar os empregados em estabelecimentos do comércio". Suplicy encaminhou a denúncia ao Ministério Público, para que seja aberto um inquérito e se instaure processo penal contra os responsáveis.

Os candidatos do PDS envolvidos na corrupção eleitoral por terem seus nomes nas propagandas impressas ilegalmente negam qualquer participação nos episódios. A maioria deles diz desconhecer o fato. Os candidatos governistas limitam a dizer-se pouco informados sobre as denúncias que envolvem seus próprios nomes.

Nos processos instaurados na Justiça, os candidatos favorecidos pelas impressões ilegais ou

qualquer outro tipo de corrupção, podem, se confirmado seus envolvimento, ter suas candidaturas inviabilizadas, com a prisão de todos os envolvidos nos fatos.

Funcionários

Funcionários Públicos, representados em seis entidades, divulgaram manifesto de repúdio à utilização da máquina administrativa do Estado com objetivos eleitorais.

O documento é assinado pela Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas, a Associação dos Funcionários do Instituto Adolfo Lutz, Associação Paulista de Saúde Pública, Associação dos Médicos Sanitaristas, Associação Profissional dos Enfermeiros do Estado e

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — N. 16 — Quarta-feira — 5 de novembro de 1982 — Cr\$ 50,00

a Associação dos Sociólogos do Brasil.

No documento de protesto, as entidades denunciam cerimônias em que o secretário da Saúde, Denir Zamarioli, fez discursos, pedindo votos para o PDS. Os candidatos governistas Armando Pinheiro, Fauze Carlos e Paulo Salim Maluf participaram desses encontros realizados nas repartições públicas.

A nota de protesto diz que esses abusos "atentam contra a dignidade de profissionais e cidadãos funcionários públicos". No documento os funcionários públicos afirmam seus compromissos com a luta pelo serviço público que atenda às necessidades da comunidade em geral. "Como cidadãos estamos engajados na busca de uma sociedade democrática, com direito de liberdade associativa e filiação partidária", conclui o documento.

Rádio

O juiz eleitoral de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina, recebeu denúncia de Wilmar da Rocha D'angelis, residente naquela cidade, da utilização ilegal da rádio Princesa do Oeste, bem como de outros meios de publicidade, que favorece o partido governista.

Na rádio, há vários dias, vem sendo levada ao ar uma propaganda que não identifica o seu autor e transmite a seguinte mensagem: "Tem gente que só sabe criticar, o que é muito fácil; realizar que é o mais importante essa gente não sabe, não faz, essa gente citada não é o melhor."

Na denúncia, Wilmar mostra a semelhança que essa mensagem possui com as declarações do general Figueiredo, quando diz que a oposição nada realiza, sabendo apenas criticar o Governo. Essas declarações, vinculadas agora em propaganda, representam uma desobediência à Lei Falcão, criada pelo próprio Governo, que busca desrespeitar o princípio da igualdade de todos perante a Lei.

Punição e réplica

Acusando o PDS de colocar a seu serviço toda a estrutura pública da Prefeitura municipal, o documento denuncia, ainda, a instalação de um imenso painel em praça pública com foto do candidato do PDS ao Governo catarinense, contrariando decisão do juiz eleitoral do Estado, que proibiu o uso de qualquer meio de comunicação para propaganda política, inclusive os grandes cartazes de rua (outdoors).

Na denúncia enviada ao juiz no dia 1º desse mês, Wilmar solicita à Justiça eleitoral que tome as providências cabíveis, com a punição da emissora que faz a propaganda governista, que a emissora dê direito de réplica em igual tempo aos

outros partidos e que os autores da propaganda subliminar sejam também punidos.

Santos

O candidato a vereador pelo PT de Santos, Nobel Soares de Oliveira, apresentou ao juiz da 118ª Vara Eleitoral, José Ricardo Tremura, as provas do envolvimento de Papa Júnior, candidato ao Senado pelo PDS, na utilização de máquinas e móveis do Senac.

Foi encontrada no comitê eleitoral de Papa Júnior uma máquina de escrever marca IBM, uma impressora Off-set Ricoh e ainda armário, mesa, escrivaninha e banco de madeira, todos com as plaquetas de patrimônio do Senac. O candidato petista acredita que a impressora pertença a um lote de trinta impressoras Ricoh recentemente importadas do Japão, pelo Senac, e estão a serviço do PDS em todo o Estado.

Até funcionários

O presidente do PDS santista informou que foi firmado um contrato de prestação de serviços entre seu partido e o Senac. Nobel afirma, entretanto, que mesmo admitindo tal hipótese, a concorrência foi feita às escondidas e não por licitação pública.

Em recentes declarações do ex-funcionário do Sesc-Senac, Danilo de Barros, pelo menos 1.800 dos três mil funcionários do Sesc-Senac de todo o Estado de São Paulo estão sendo obrigados a trabalhar na campanha do ex-presidente da instituição, José Papa Júnior. Barros denunciou também, que Papa Júnior teria gasto, numa festa com Paulo Salim Maluf, no Palácio dos Bandeirantes, 50 milhões de cruzeiros do Sesc-Senac.

O candidato do PT levou ao juiz eleitoral fotografias tiradas no local, o número de plaqueta dos objetos pertencentes ao Senac e provas testemunhais.

Nobel Soares de Oliveira revelou que, em consequência dessas acusações, tem recebido várias ameaças de morte. Disse ainda que candidatos do PDS santista estão destruindo todos os cartazes do PT.

Abuso

Paulo Salim Maluf realizou comício na Secretaria Municipal de Transportes. Os funcionários tiveram de paralisar suas atividades para, durante 40 minutos, ouvirem o discurso do ex-governador pelos alto-falantes instalados no prédio. O uso de repartições públicas para fins eleitorais é impedido por lei e constitui crime eleitoral. Maluf, depois de nomear as obras de seu Governo, pediu aos ouvintes que, se quisessem agradecer-lhe pelo que realizou, votassem em seu número em 15 de novembro.

Duras lutas por meia passagem no Maranhão

Aquilo que foi, anos atrás, uma firme manifestação popular, acabou deturpada pela imprensa burguesa

Um velho político mineiro já dizia que o que importa não é o fato, mas a versão. Para os meios de comunicação de massa, esse raciocínio se aplica feito uma luva: importa muito mais a visão que os donos de emissoras ou jornais têm do acontecimento, do que o que realmente aconteceu.

Dessa forma, muitas verdades ficam encobertas e muitas histórias deixam de ser contadas. Um exemplo? Alguém se lembra do que aconteceu em São Luís do Maranhão em setembro de 1979?

Quem tiver uma memória muito boa deve-se recordar que houve alguma coisa, uma greve que reivindicava meia passagem de ônibus para estudantes e trabalhadores, muita pancadaria, e só. Isso só se tiver uma memória muito boa...

O fato é que realmente houve uma enorme mobilização estudantil em São Luís naquele ano, envolvendo toda a população

na luta pela meia passagem, direito garantido desde 1962 pela Constituição estadual do Maranhão.

A outra história

Os jornais da época, especialmente os do sul-maranhense, não deram nenhum destaque especial à mobilização popular. A coisa resumiu-se a pequenas notícias sem importância, perdidas num monte de outras notícias.

Se por acaso os estudantes e trabalhadores do Sul do País ficaram satisfeitos com o noticiário dos jornais daqui a respeito da greve de lá, não serão capazes de imaginar a dimensão que esse fato assumiu na capital maranhense.

É isso: às vezes os jornais da grande imprensa não mentem, preferem cometer algumas inverdades.

O livro

Mas para botar os pingos nos is e contar a verdadeira história

do ponto de vista de seus protagonistas, acaba de sair um pequeno (mas denso) livro de Ivanhoé Leal e Samuel Alves Filho, chamado "Meia passagem ou meia cidade", e que é um documento sobre a luta pela meia passagem na grande mobilização de 1979, em São Luís.

E quem passar os olhos pelas 36 páginas do trabalho vai descobrir que os acontecimentos daquele ano têm uma dimensão muito mais importante que as "versões" publicadas nos jornais. Trata-se de um relato detalhado — inclusive transcrevendo a íntegra de documentos — de uma revolta generalizada contra os aumentos sucessivos no preço das passagens de ônibus e pela reimplantação do direito à meia passagem.

Mobilização

Desde 1977, quando as entidades estudantis começaram a se reorganizar em nível nacio-

nal, a luta pela meia passagem já entrava na pauta de reivindicações dos estudantes maranhenses. Em 1978 a luta se fortaleceu, com o encaminhamento de um abaixo-assinado com 35 mil assinaturas.

Em julho de 1979, os estudantes da Universidade Federal do Maranhão e da Federação das Escolas Superiores do Maranhão entregaram à Prefeitura de São Luís a minuta de um projeto de lei que institua a meia passagem.

Mas foi a partir do dia 14 de setembro que o caldo entornou. Depois de uma assembleia no campus da UFMA, os estudantes ganharam a cidade numa grande passeata: "Meia passagem nós queremos de novo/pra salvar o bolso, o remédio é unir o povo."

Nesse dia não houve repressão, mas três dias depois, após uma concentração de 15 mil pessoas na Praça Deodoro, a polícia do então governador

João Castelo entrou em ação distribuindo cassetetes e bombas de gás lacrimogênio. Muita gente se feriu, e daí pra frente a palavra de ordem passou a ser "Greve!".

A luta já não era mais só dos universitários e secundaristas, mas de toda a população. A Igreja tomou uma posição firme em favor dos grevistas, denunciando a repressão policial e os maus-tratos sofridos pelos estudantes presos.

Vitória

A mobilização foi tão grande que o governo estadual ameaçou entrar em pânico. O governador João Castelo começou a gastar muito dinheiro em propaganda paga nos jornais, na tentativa de salvar a "imagem" de sua administração.

Não faltaram pressões como pichações falsas nos muros de São Luís conclamando os grevistas à luta armada, ou ligando a CNBB com o Partido Comu-

nista no apoio ao movimento. Ou então editoriais na imprensa maranhense que diziam coisas como "a opinião pública maranhense repudiou a selvageria, sem exemplos, praticada por agentes do comunismo pagão que, em sua tarefa destruidora e subversiva, utilizaram a pacata classe estudantil maranhense, em sua boa fé, para atingir seus propósitos inconfessáveis". De um mau gosto exemplar...

Mas a pressão popular foi tão intensa que o governo e os empresários de ônibus tiveram que entregar os pontos. No dia 28 de setembro de 1979, a Comissão de Luta Pela Meia Passagem comunicou a uma assembleia popular, reunida na Praça Deodoro, a vitória do movimento. A meia passagem voltou a vigorar a partir de 1º de outubro.

No fundo, o livro mostra que a história, quando contada por seus protagonistas, é uma outra história...